



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TÁBUA

VOLUME XI - PATRIMÓNIO

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, ARQUEOLÓGICO, NÚCLEOS URBANOS E RURAIS E PATRIMÓNIO NATURAL

julho 2024

Câmara Municipal de Tábua

Lugar do Plano - Gestão do Território e Cultura



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. O PATRIMÓNIO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	5
3. OBJETIVOS	7
4. MÉTODOS DE ANÁLISE. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	7
5. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO CONCELHO DE TÁBUA	9
6. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO	11
6.1. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO	15
6.1.1. FICHAS DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO CLASSIFICADO	17
6.2. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO INVENTARIADO DE INTERESSE MUNICIPAL	30
6.2.1. INVENTÁRIO MUNICIPAL DE BENS COM INTERESSE MUNICIPAL	32
7. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	38
7.1. LISTAGEM DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - ENDOVÉLICO DO PORTAL DO ARQUEÓLOGO DA DGPC	39
8. NÚCLEOS URBANOS E RURAIS. CONJUNTOS EDIFICADOS	52
8.1. PATRIMÓNIO NATURAL	55
8.2. OUTRO PATRIMÓNIO	57
9. SÍNTESE	58

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Representação de ARU(s) do concelho de Tábua	12
Figura 2. TÁBUA – “rua velha”; fotografias da “rua velha”, atual rua João Dinis de Abreu	13
Figura 3. Edifício da Câmara Municipal de Tábua; antiga Escola Conde Ferreira/actual Junta de Freguesia de Tábua	14
Figura 4. Localização do Património Arquitetónico Classificado do concelho de Tábua	16
Figura 5. Conjuntos de edifícios na rua Dr. Francisco Beirão e Rua José dos Santos Gonçalves, vila de Tábua	53
Figura 6. Sevilha, Tábua	53
Figura 7. Vila Chã, Tábua	54
Figura 8. Ázere, Tábua.....	54
Figura 9. Treço da Albufeira da Aguieira – Ázere. Praia fluvial da Ronqueira	56
Figura 10. Rede Natura 2000.....	56

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Listagem de bens inventariados do município de Tábua. 2020.	32
Quadro 2. Inventariação do Património Arqueológico do Município de Tábua.....	39

1. INTRODUÇÃO

Sendo o PDM um instrumento de Planeamento, no qual se definem estratégias consolidadas de valorização e de desenvolvimento de um território, deve, o mesmo, potenciar os diversos valores naturais e sociais e culturais, recorrendo à preservação e valorização do património do concelho, o qual deve ser entendido como um importante recurso para o seu desenvolvimento.

O património, cujo conceito foi evoluindo ao longo dos tempos, poderá ser entendido como uma síntese simbólica de vários valores identitários que contribuem para um sentimento de pertença e de identificação de um coletivo social, fornecendo-nos os elementos de significação cultural, particularmente relevantes num contexto de globalização onde coexistem leituras diferenciadas, e permitindo-nos situar em relação ao passado.

Define-se, assim, como uma realidade de maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade de um território e para a democratização da sua cultura, cuja importância tem vindo a ser reconhecida pelas sociedades contemporâneas.

Manter, conservar, reabilitar o património são atos de cidadania, traduzem o reconhecimento da nossa memória coletiva, e poderão definir oportunidades da valorização deste território.

Cada época histórica constrói e atualiza o domínio da matéria patrimonial. É neste sentido que tem significado preservar um determinado património. Salvaguarda-se aquilo que corresponde à consciência histórica coletiva de um dado momento do processo de transformação urbana e arquitetónica.

É importante identificar e descrever as situações mais representativas do Património Cultural concelhio, de reconhecido valor erudito, histórico, sociocultural, e com valor de génese popular, para que se possa adotar uma política de intervenção ajustada ao território em estudo.

Considerando o património na sua globalidade, foram analisados, no presente documento, os elementos constituintes do Património Classificado, que se encontram representados em Planta de Condicionantes. Além destes elementos, foram analisadas e inventariadas outras estruturas patrimoniais existentes, alusivas a elementos urbanos e rurais singulares que, dada à sua riqueza e representatividade na memória e cultura coletiva, devem ser preservadas e salvaguardadas.

2. O PATRIMÓNIO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Como resposta a um conjunto de documentos orientadores e normativos, relacionados, em particular, com a UNESCO e o Conselho da Europa que ilustram as preocupações contemporâneas no âmbito da sua proteção e valorização, o Património passou a integrar as políticas e estratégias de Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.

A **Lei n.º 107 / 2001**, que determina as bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património, veio incentivar e estabelecer, **o conhecimento, estudo, salvaguarda, valorização e divulgação do Património Cultural**, o acesso à fruição cultural, aviventar a identidade cultural da Nação, das comunidades regionais e locais, com o intuito **de promover o desenvolvimento nacional, regional e local**, e defender a qualidade ambiental e paisagística. Preocupações que seguem a tendências internacionais e os compromissos assumidos pelo país.

Esta Salvaguarda e Valorização de Património Cultural, segundo a Lei 48/98, de 11 de agosto, com as alterações pela **Lei 54/2007, de 31 de agosto**, **é decorrente dos Instrumentos de Desenvolvimento Territorial e dos Instrumento de Planeamento Territorial**. Os primeiros, que são diretrizes de natureza estratégica, revelam-se através de Políticas e Ações Setoriais. Os segundos incidem sobre matérias que regulam o uso do solo, tendo como matriz de maior visibilidade os Planos de Ordenamento Municipal (PMOT), em articulação como os demais instrumentos de ordenamento territoriais.

Conjuntamente, o **Decreto-Lei 380 / 99 de 22 de setembro**, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, veio reconhecer o **Património Arquitetónico e Arqueológico como Recurso Territorial**, determinando que as medidas indispensáveis para a sua valorização decorrem do **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e dos Planos Regionais dos Planos Intermunicipais de Ordenamento**, tendo em vista acautelar o uso dos espaços envolventes, e reservando aos **PMOT's** o estabelecimento dos parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação de áreas de proteção.

Posteriormente, o **Decreto-Lei 309/2009**, de 23 de outubro, veio estabelecer o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor e salvaguarda.

Neste sentido, respondendo a estas preocupações, o PROT Centro – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, a par com o Programa Nacional de Política de Ordenamento do

Território, veio estabelecer para esta região um conjunto de orientações e objetivos estratégicos que visam salvaguardar este património.

Com efeito, neste instrumento é definido um modelo de desenvolvimento que consolida e reafirma o potencial dos sistemas urbanos, para o qual, entre as muitas estratégias de desenvolvimento, defende o recurso à **Salvaguarda e Valorização do Património Cultural**¹.

O Património Cultural é um elemento essencial na construção de um desenvolvimento sustentável e, nesse sentido, é imprescindível, considere estratégias para a sua conservação, valorização e gestão, tendo em conta a sua aproximação aos cidadãos da região, que se quer cada vez maior, criando elos de identidade regionais, nacionais e europeus. A enorme riqueza do nosso património construído, abrangendo situações diversificadas, desde o património arquitetónico, arqueológico, cultural, natural, compele também ao desenvolvimento de estratégias do seu aproveitamento no âmbito cultural e turístico, sem pôr em causa a sua mais valia identitária, na qual se integram a sua conservação e reabilitação, tendo o cuidado de preservar a sua “verdade, qualidade e viabilidade”².

Pelas suas qualidades, o Património constitui um fator importante para a consolidação do Modelo Territorial, em que a Arquitetura e o Urbanismo se assumem como recursos diferenciadores de valorização de muitos aglomerados.

Desta forma, dever-se-á, conforme o preconizado pelo PROT- Centro, estabelecer **o reforço das redes do património urbano regional**, o qual, por sua vez, poderá construir e dinamizar redes urbanas potenciadoras de coesão e competitividade territorial³.

¹ Descrição segundo PROT Centro, Maio de 2007, com atualização de Maio de 2011

² Descrição segundo PROT- Centro, Maio de 2007, com atualização de Maio de 2011, pag,61

³ Descrição segundo PROT Centro, Maio de 2007, com atualização de Maio de 2011

3. OBJETIVOS

Pretende-se lançar as bases para um novo entendimento sobre a função urbanística, estética e de consolidação da imagem urbana em que o Património deve desempenhar, pela sua qualidade arquitetónica, paisagística ou histórica, um papel de grande importância, de forma a alicerçar uma estratégia de desenvolvimento em que o concelho seja identificado como um destino turístico cultural e de natureza.

Enquanto fonte de conhecimento de um território e instrumento de apoio ao Planeamento e Gestão Urbanística, o Património deve assumir-se como uma componente estratégica na definição das novas políticas de ordenamento do território e um veículo privilegiado de sensibilização do potencial patrimonial, nomeadamente na qualificação dos ambientes urbanos atuais.

Considerando a evolução do próprio conceito de património, entende-se que este representa um recurso a utilizar, regando os seus usos e cargas. Por ser uma componente viva e dinâmica de um território, deve ser valorizado e adequado aos fins capazes de o proteger e acautelar o seu abandono, promovendo a sua fruição ativa quer segundo metodologias de recuperação, quer segundo métodos de reconversão e reabilitação urbana.

4. MÉTODOS DE ANÁLISE. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Uma das preocupações centrais do presente PDM, é a salvaguarda e valorização do património. Nesse sentido, foi efetuado um inventário de valores patrimoniais. Os elementos que integram esse inventário serão objeto de disposições regulamentares específicas tendo em vista a sua preservação e valorização.

Considerando, que o conceito de Património deverá ser entendido como um conceito vivo e dinâmico pretende-se que o presente documento seja um “inventário aberto” de modo a permitir uma contínua atualização e desenvolvimento. Neste sentido sob proposta devidamente fundamentadas desde que enquadrável nas disposições do Regulamento do presente PDM, e mediante aprovação da Câmara Municipal, poderão ser acrescentados ou retirados elementos patrimoniais. Poderão ainda ser acrescentadas informações que contribuam para uma caracterização e análise mais completa dos elementos que integram o presente inventário.

Procuraram-se identificar as situações mais representativas do património, em termos de elementos de valor erudito, e de valor popular.

Para além de elementos isolados procurou-se identificar situações cujo valor patrimonial tem importância enquanto integrado num conjunto. Nestes casos para além do valor arquitetónico do sobrepõe-se a importância da morfologia urbana.

Conforme foi referido, foram analisados, no presente documento, os elementos constituintes do Património Arquitetónico Classificado, que se encontram representados em Planta de Condicionantes, e foram analisados e inventariadas outras estruturas e valores patrimoniais existentes - edifícios, conjuntos de edifícios, núcleos rurais, etc. – que se encontram listados e representados na Planta de Outro Património de Interesse Municipal.

O património arqueológico e a área de proteção a cada sítio, constarão da planta de Ordenamento. Esta cartografia destina-se a propiciar a identificação dos sítios e promover a sua salvaguarda sempre que se projetem intervenções ao solo, coincidentes com a sua implantação.

O relatório está organizado e dividido de acordo com a seguinte forma:

- **Património Arquitetónico**
 - Património Classificado
 - MIP – Monumento de Interesse Público
 - IP – Imóvel de Interesse Público
 - Património Arquitetónico. Listagem de Património Inventariado
 - Núcleos Urbanos. Rurais. Conjuntos Edificados
- **Património Arqueológico**
- **Património Natural**
- **Outro Património**

A nomenclatura utilizada na listagem de identificação de imóvel, lugar ou sítio, corresponde à que figura nas Plantas.

5. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO CONCELHO DE TÁBUA

A toponímia de Tábua, inicialmente associada a uma ponte de tábuas sobre o rio Mondego, na altura da formação do Condado Portucalense, pode também estar associada à origem do latim “tábua”, no sentido de região plana, o que faz sentido já que o concelho de Tábua se localiza no Planalto Beirão. No entanto, a origem do nome Tábua, pode estar associada ainda a outras referências - deus romano Tabudico, ou a Typha angustifolia, planta herbácea invasora, comum nas margens do Mondego⁴.

Escassas são as referências históricas relativo às origens do concelho de Tábua, entendido como formulação relativa a uma coletividade que tem entre si ligações de consciência coletiva de pertença a uma região política, social, económica e cultural⁵.

As primeiras ocupações do território, atualmente considerado Tábua, terão sido da pré-história, que, inevitavelmente deixaram marcas, identificando-se uma grande dispersão geográfica dos sítios arqueológicos deste período, e um significativo espólio.

O território foi ocupado durante **o Império Romano**, identificando-se diversos vestígios localizados de forma dispersa. A Pedra da Sé, o troço da via romana da Pedra da Sé, estes dois valores classificados como de Interesse Público, a estação arqueológica da Torre, a ponte romana de Sumes, em Midões, um conjunto de pontes e vias construídas e utilizadas durante a referida civilização romana, bem como peças cerâmicas e inscrições românicas, são alguns desses vestígios. **No entanto em nenhum dos registos, conhecidos, referentes a este período, se evidencia a existência de um aglomerado urbano de dimensão significativa, remetendo antes para as atividades campesinas, com um conjunto de pequenos povoados dispersos.**

Durante o séc. XVI, várias localidades do concelho tiveram atribuição de carta de foral, Ázere e Sinde, Covas, Vila Nova de Oliveirinha, Candosa, Midões, Mouronho e Pinheiro de Côja, e também Tábua teve carta de foral em 1514.

Sabe-se, também, que Tábua, no séc. XII, foi honra da família “da Cunha”, por dádiva da filha de D. Afonso Henriques, infanta D. Tereza, sendo sua pertença durante sete séculos. A esta família “da Cunha”, D. Afonso IV, concedeu em 1342, a jurisdição civil e criminal de Tábua. Mais tarde o concelho de Tábua substituiu e englobou os concelhos de Candosa, de Midões, de Ázere e de Sinde⁶.

⁴ Descrição segundo texto do “Portal do Município de Tábua – Conhecer Tábua – História”, Município de Tábua, 2017

⁵ Descrição segundo “Tábua, História, Arte e Memória” de Marco Daniel Duarte, Município de Tábua, 2009

⁶ Descrição segundo texto do “Portal do Município de Tábua – Conhecer Tábua – História”, Município de Tábua, 2017

Retira-se, de alguma da documentação escrita sobre este território, a importância que o, então, concelho de Midões tinha, detendo uma organização municipal já consolidada, contando com uma estrutura no campo criminal, estruturas municipais e religiosas.

O concelho de “Tábua”, enquanto realidade geográfica, político-administrativa e o que daí acarreta do ponto de vista social, só ganha força nos “dias da contemporaneidade”⁷, resultando da reforma administrativa, em meados de Oitocentos, constituindo-se, então, o mapa de quinze freguesias, com sede em Tábua.

Das notas históricas de **Tábua dos séculos XIX e XX**, notam-se sobretudo ao nível dos órgãos decisores, **as preocupações relacionadas com os fatores de progresso e melhoria das condições de vida, a tentativa de ultrapassar assimetrias relacionadas com a interioridade**, entre meios urbanos e meios rurais, entre áreas industrializadas e densamente povoadas e áreas desprotegidas economicamente e sem recursos de mão-de-obra⁸, em que se pratica, maioritariamente, uma agricultura de subsistência, fatores que tiveram reflexo importante no despovoamento dos aglomerados e envelhecimento das populações do interior. Esta argumentação vem desde os inícios da época contemporânea e continua a fazer sentido nos tempos atuais.

No início do **séc. XX**, surgiram iniciativas no sentido de contornar algumas destas adversidades consequentes da localização geográfica, com a **organização de associações de autoproteção da economia local, as cooperativas e posteriormente os grémios**.

A importância das infraestruturas ligadas às vias de comunicação foi sempre um tema estruturante nas histórias destas regiões interiores e nomeadamente no concelho de Tábua, **onde a construção de algumas vias nacionais e regionais, foi demorada e a aspiração da região ser servida pelo caminho-de-ferro, nunca se concretizou, sendo sempre estabelecida uma relação direta entre as vias de comunicação e o desenvolvimento da economia**.

Os anos republicanos trouxeram algum desenvolvimento ao concelho, com a implementação de infraestruturas importantes, de apoio às populações, nomeadamente a construção de uma unidade de saúde/Hospital de Tábua (construção dos anos 30), escolas nas várias localidades (o concelho tinha, já 32 escolas do ensino primário e 6 do pré-primário) e na vila existia o ensino preparatório e secundário, em edifício próprio⁹.

Atualmente o concelho está organizado em onze freguesias, devido á reorganização administrativa do território (Lei nº11-A/2013 de 28 de janeiro).

⁷ Descrição segundo “Tábua, História, Arte e Memória” de Marco Daniel Duarte, Município de Tábua, 2009, pág 189

⁸ Descrição segundo “Tábua, História, Arte e Memória” de Marco Daniel Duarte, Município de Tábua, 2009, pág 189

⁹ Descrição segundo “Tábua, História, Arte e Memória” de Marco Daniel Duarte, Município de Tábua, 2009, pág 189

6. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Resultante da interação entre os lugares e os seus habitantes, ao longo das várias épocas, o património arquitetónico, construído e paisagístico, integra os aspetos que daí resultam, constituindo-se como um fator essencial para a identidade coletiva, diferenciando e valorizando o território.

Preservar, conservar e divulgar esse património, contribui para a manutenção da memória e identidade histórica dos lugares, sendo de grande importância no sentido de deixar um legado para as gerações futuras, bem como a sua valorização e projeção, proporcionando a definição de um conjunto de capacidades de atratividade dirigidas para diferentes públicos, com diversos interesses de fruição, relacionados com fatores de ordem histórica, urbanística, arquitetónica, etnográfica, social, industrial, técnica, científica e artística.

É, pois, importante definir um conjunto de princípios que orientem e regem futuras intervenções no património cultural, construído e paisagístico, de forma a possibilitar uma fruição pública desse património e dos respetivos contextos onde estão inseridos, salvaguardando as características que os definem e prevenindo intervenções que as adulterem.

O património arquitetónico do concelho de Tábua é constituído por um conjunto de elementos que são considerados como valores de reconhecido interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social que constituem condicionantes ao uso do solo nas respetivas áreas envolventes ¹⁰.

O PDM em vigor definiu como Espaços Culturais, identificados na Planta de Ordenamento, edifícios classificados ou conjuntos de edifícios mais significativos dos aglomerados urbanos e respetivas zonas de proteção¹¹.

No sentido de concretizar um dos objetivos do Município *proteger e valorizar os valores patrimoniais e naturais*, a autarquia tem vindo a desenvolver algumas ações neste âmbito, nomeadamente a Requalificação Urbana da Vila, a delimitação da ARU de Tábua e o desenvolvimento do PARU, bem como tem como objetivo definir um conjunto de ARU(s) para outros aglomerados envolventes à vila de Tábua, definindo mecanismos que permitem a **preservação da identidade dos aglomerados, recuperação do património edificado e promovendo a revitalização urbana dos núcleos.**

¹⁰ Descrição segundo REOT-Tábua, 2016,pag 73

¹¹ Descrição segundo REOT-Tábua, 2016,pag 85

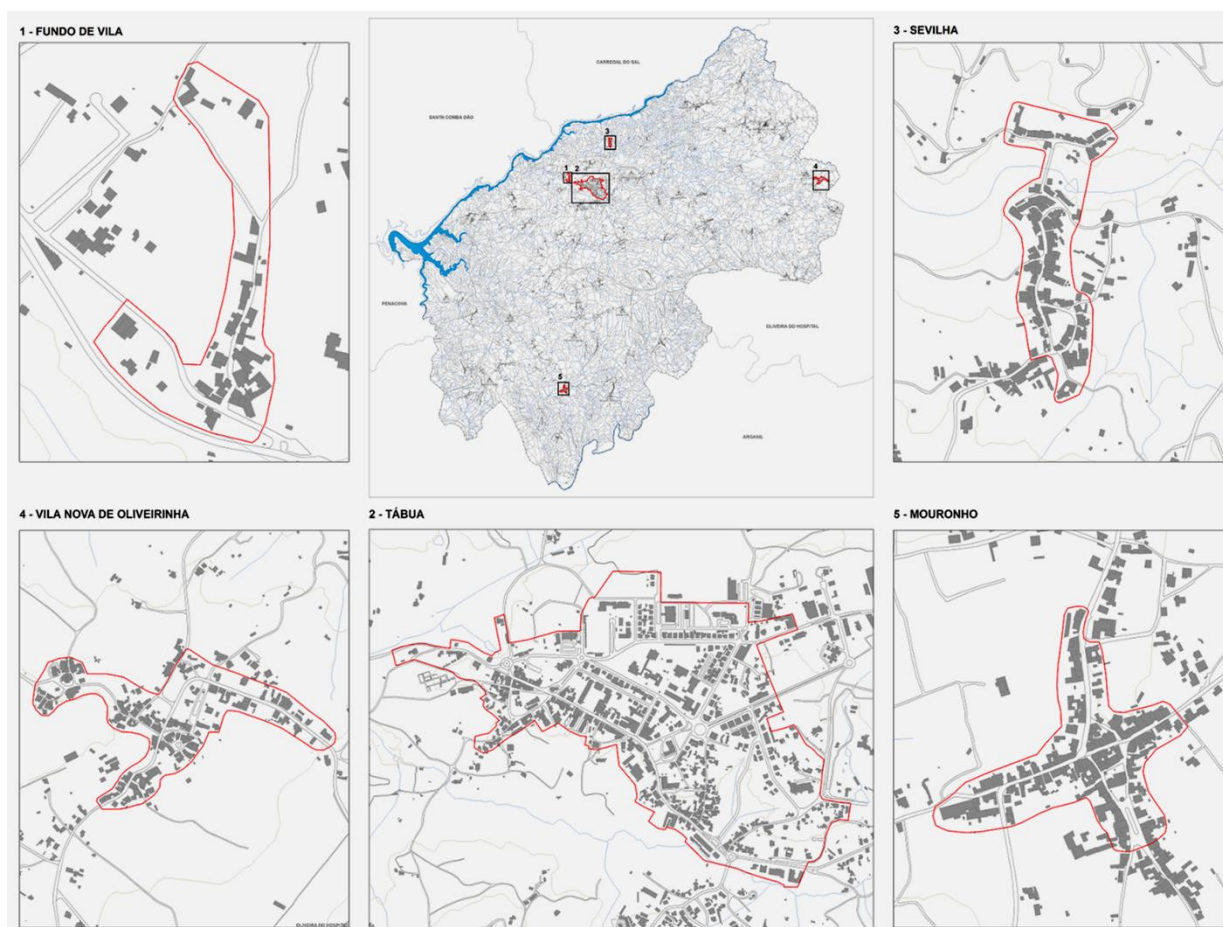


Figura 1. Representação de ARU(s) do concelho de Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017

Também no âmbito da qualificação urbana, “podemos ainda destacar a requalificação da ‘Vila de Tábua’ ocorrida entre 2013 e 2016 no âmbito de um projeto de candidatura ao QREN, que consistiu na requalificação urbana e paisagística da Rua da Indústria, entre a Rotunda do Monumento ao Combatente e o Cruzamento com a Avenida de Coimbra”¹², trabalhos que incidiram, maioritariamente na qualificação do espaço público.

Na Vila de Tábua, embora se identifiquem alguns elementos de notório valor patrimonial, não são evidentes as origens morfológicas do aglomerado, restando apenas algum traçado original, preservado na Rua Velha - atual rua João Dinis de Abreu - de composição singular, irregular, que preserva o seu caráter rural, com pequenos alargamentos da via, designados como “pátios”, onde o edificado, pobre e caracteristicamente rural, no entanto se encontra bastante adulterado e degradado, e no núcleo central de Tábua, onde ainda prevalecem algumas construções, características dos séc.(s) XVIII, XIX e princípios do séc. XX, não sendo, actualmente, perceptível o traçado da estrutura original, nem, é possível fazer uma leitura clara da sucessiva evolução da sua estrutura morfológica.

¹² Descrição segundo REOT-Tábua, 2016, pag 85



Figura 2. TÁBUA – “rua velha”; fotografias da “rua velha”, atual rua João Dinis de Abreu

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017

O património classificado é, à partida, considerado o mais significativo, no entanto, através de alguns conjuntos de edifícios e de alguns edifícios isolados, de características arquitetónicas singulares, é possível perceber marcas deixadas, no território, pelas diferentes épocas de evolução da história do país, que estão refletidas em linguagens e princípios arquitetónicos que, inequivocamente, estão associamos a determinados períodos da nossa história. No caso da vila de Tábua, existem alguns conjuntos de edifícios com uma linguagem arquitectónica dos finais do século XIX, princípios do século XX e outros edifícios, cuja composição e linguagem se enquadram nos princípios e políticas urbanísticas e arquitetónicas, estabelecidas pelo Estado Novo, como por exemplo, o edifício da Câmara Municipal, a escola Conde Ferreira, actual Junta de freguesia de Tábua e Turismo, a escola primária, o hospital. Esses elementos devem, portanto, ser preservados e requalificados. Considerando este aspeto, pretende-se, proceder à identificação e inventariação de um conjunto de estruturas patrimoniais públicas e privadas.



Figura 3. Edifício da Câmara Municipal de Tábua; antiga Escola Conde Ferreira/actual Junta de Freguesia de Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017

É significativa a importância do Património Arquitetónico não classificado, nomeadamente que a Arquitetura Religiosa e Arquitetura Civil, têm nesta região, encontrando-se diversas estruturas de reconhecido valor patrimonial, histórico e identitário.

Nos restantes aglomerados do concelho de Tábua, à exceção de Midões verifica-se uma presença mais reduzida de elementos arquitetónicos com inequívoco valor patrimonial, surgindo, no entanto, alguns exemplares interessantes não só de arquitetura religiosa como da arquitetura civil, perfazendo um conjunto significativo na totalidade do concelho.

6.1. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

O Património Classificado é alusivo a todos Imóveis que revelam um inestimável valor cultural, e que devem ser encarados como elementos contributivos para a qualidade de vida, social e cultural de uma comunidade e, consequentemente devem ser objeto de especial proteção e valorização.

A sua classificação é importante para fixar critérios de valorização, salvaguardando a sua envolvente e permitir o seu reconhecimento enquanto valor nacional e municipal.

Com a Lei de Bases do Património Cultural - **Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro** - que substitui a Lei 13/85 e que define as bases da política de proteção e salvaguarda do Património e estruturação da identidade nacional, visando a democratização da cultura, foram reavaliados os critérios de classificação desse mesmo Património, sendo redefinido o seu conceito. Neste, conforme o previsto no seu artigo 43º, são definidas, para os bens imóveis classificados e em vias de classificação, zonas de proteção e zonas especiais de proteção.

Na sequência da publicação deste documento surge o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que veio introduzir a possibilidade de ser estabelecida, em alternativa à zona geral de proteção, uma zona especial de proteção provisória para os bens imóveis em vias de classificação, mediante o disposto no n.º 2 do art.º 36 do presente diploma.

No concelho de Tábua estão considerados dez bens imóveis de interesse público, atualmente classificados e as respetivas zonas de proteção¹³.

Relativamente às zonas de proteção, foi fixada a zona especial de proteção (ZEP) da “Casa da Família Desembargador Taborda”, e para os outros nove imóveis existem definidas zonas gerais de proteção (ZGP) de 50 metros cotados do limite exterior do imóvel ¹⁴.

Imóveis de Interesse Públicos (10):

- Casa da Família Desembargador Taborda; **(MIP)**
- Capela do Senhor dos Milagres; **(IP)**
- Pelourinho de Ázere; **(IP)**
- Pelourinho de Candosa; **(IP)**
- Pelourinho do Couto (de Midões); **(IP)**
- Pelourinho de Midões; **(IP)**

¹³ Informação da DRCC – Direção Geral de Cultura do Centro, em 09.2015

¹⁴ Informação da DRCC – Direção Geral de Cultura do Centro, em 09.2015

- Pelourinho de Percelada; (IP)
- Penedo Oscilante; (IP)
- Ponte de Sumes; (IP)
- Troço da Via Antiga da Pedra da Sé; (IP)

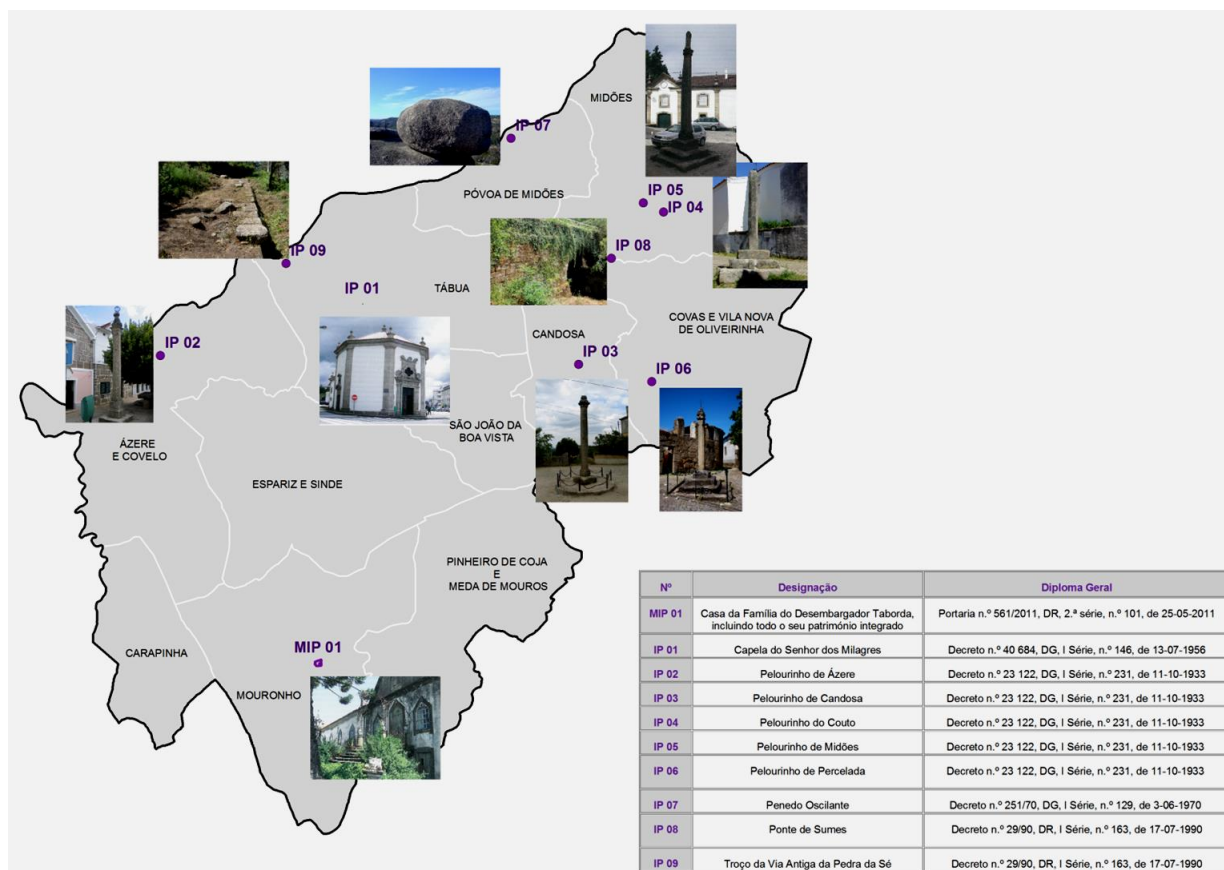
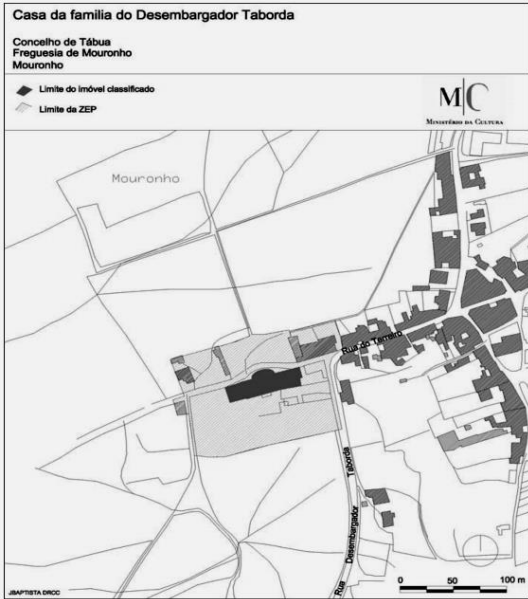


Figura 4. Localização do Património Arquitetónico Classificado do concelho de Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017

Imagens – Portal do Município; “Tábua, História, Arte e Memória” de Marco Daniel Duarte, Município de Tábua, 2009;
<http://pedrasehistoria.blogspot.pt/>

6.1.1. FICHAS DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO CLASSIFICADO

CASA DA FAMÍLIA DESEMBARGADOR TABORDA MIP. 01	
N.º de IPA – 00024893	
Identificação do Imóvel Casa da Família Desembargador Taborda	 Fonte: DGPC, acedida em maio de 2017
Localização / Acessos Rua Desembargador Taborda Caminho para Alvoeira Mouronho	
Tipologia Arquitetura Civil	
Classificação do Imóvel MIP – Monumento de Interesse Público	
Cronologia Portaria n.º 561/2011, DR, 2.ª série, n.º 101, de 25-05-2011 Adenda ao Edital, de 22-01-2010, da CM de Tábua Edital de 10-01-2010 da CM de Tábua Despacho de homologação de 21-06-2010 do Secretário de Estado da Cultura Edital de 28-05-2009 da CM de Tábua Parecer de 3-03-2009 do Conselho Consultivo do IGESPAR, I.P. a propor a classificação da Casa e capela da família do Desembargador Taborda, incluindo todo o seu património integrado Proposta de 10-12-2007 da DRC do Centro para a classificação como IIP Edital de 7-02-2007 da CM de Tábua Despacho de abertura de 17-03-2006 da vice-presidente do IPPAR Proposta de 28-12-2005 da DR de Coimbra para abertura do processo de classificação da Casa da família Taborda	
ZEP – Zona Especial de Proteção Portaria n.º 561/2011, DR, 2.ª série, n.º 101, de 25-05-2011 (sem restrições) Adenda ao Edital, de 22-01-2010, da CM de Tábua Edital de 10-01-2010 da CM de Tábua Despacho homologação de 21-06-2010 do Secretário de Estado da Cultura Edital de 28-05-2009 da CM de Tábua Parecer favorável de 3-03-2009 do Conselho Consultivo do IGESPAR, I.P. Proposta de 10-12-2007 da DRC do Centro	
Descrição A casa mantém ainda algumas características setecentistas na disposição arquitetónica. Capela de grande riqueza decorativa, com destaque para o retábulo da capela-mor, setecentista, com motivos concheados, em talha dourada e policromada. Foi uma importante casa agrícola da região, contribuindo para o desenvolvimento local pelo número de trabalhadores que	

contratava e, também, pelo acordo com a Companhia Elétrica das Beiras para exploração do dique existente na propriedade. Não é conhecida a data certa de construção deste conjunto arquitetónico, que terá sido submetido a algumas alterações e construções sucessivas, sendo a principal intervenção, provavelmente de 1756 (Processo de Classificação, IPPAR/DRC). Segundo a descrição do proprietário, a ala direita foi edificada posteriormente, já no século XIX, sendo também posterior ao traçado original o segundo piso. A construção da capela, dedicada à Nossa Senhora das Dores, data de 1778, conservando uma linguagem barroca/rococó. Estas sucessivas fases de construção, em épocas diferentes, conferem ao conjunto uma imagem eclética, romântica, enquadrada nas composições arquitetónicas do séc. XIX.

A fachada principal, com um desenvolvimento horizontal, é composta por um conjunto de vãos de verga reta, no piso térreo, simétricos e vãos de remate triangular no andar nobre, sendo a do centro e as das extremidades, de sacada.

O corpo central do alçado principal, antecedido por escadaria semicircular, ganha especial destaque por se isolar e elevar, em frontão triangular com vaso, acima da linha do telhado. O portal é rematado pelo brasão de armas da família proprietária da casa. Uma varanda percorre a fachada das traseiras e, no interior, os salões são decorados com motivos rocaille.

A capela surge no prolongamento da fachada, do lado esquerdo e é delimitada por pilastras - com taças e fogaréu -, que suportam o entablamento e o frontão de lanços contracurvados em cujo tímpano se exhibe um escudo. O portal termina em frontão contracurvado a envolver a janela do coro. No seu interior destacam-se o retábulo de talha dourada e pintada setecentista, o púlpito, o coro alto, e a pia de água benta e existe uma ligação à residência, feita através do balcão.

Poderá integrar-se num estilo neoclássico tardio, a par com a presença de elementos românticos, numa composição eclética, revivalista e orientalista.

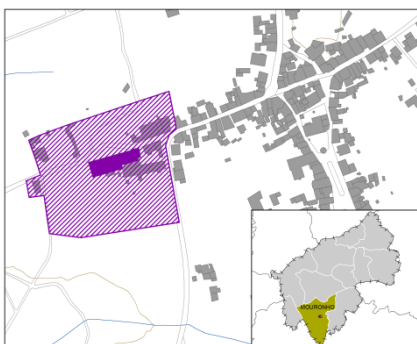
Constitui uma propriedade agrícola isolada, localizada a Oeste da povoação. Separa o edifício, da rua, uma área pequena, delimitada por muro e algumas construções de apoio, entre elas o antigo lagar e ainda uma fonte com embrechados de conchas.

Bibliografia

"Inventário Artístico de Portugal: distrito de Coimbra", GONCALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergílio, 1952

"Solares Portugueses", AZEVEDO, Carlos de, 1988

Planta de localização | Imagens

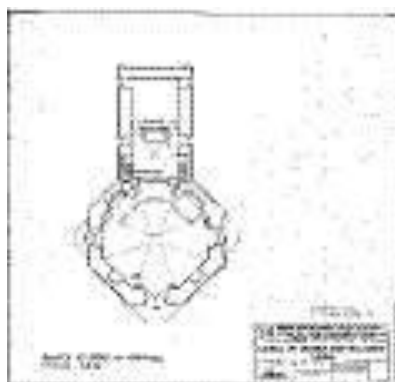


Fonte: DGPC, cedida em maio de 2017
Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC, do SIPA/ IRHU e do Portal da Câmara Municipal de Tábua-Conhecer Tábua- Património Classificado (consultado em 2017)

CAPELA DO SENHOR DOS MILAGRES IP. 01	
N.º de IPA –	
Identificação do Imóvel Capela do Senhor dos Milagres	 Fonte: Lugar do Plano, em maio de 2017
Localização / Acessos Bairro dos Milagres Largo do Senhor dos Milagres Tábua	
Tipologia Arquitetura Religiosa	
Classificação do Imóvel IP – Interesse Público	
ZGP – Zona Geral de Proteção	
Cronologia Decreto n.º 40 684, DG, I Série, n.º 146, de 13-07-1956	
ZGP – Zona Especial de Proteção de 50 metros contados dos limites exteriores do imóvel.	
Descrição A Capela do Senhor dos Milagres remonta ao séc. XVIII, e desenvolve-se numa solução de planta composta hexagonal, centralizada, com dois corpos: um octogonal correspondente ao corpo da capela e um outro retangular, onde está situada a capela-mor e a sacristia. Volumes articulados dispostos horizontalmente, cobertos com telhado de oito águas no corpo da igreja, e de quatro águas na capela-mor e sacristia Constitui um exemplar de arquitetura de planta centralizada, relacionada, inicialmente, com os círculos da corte e com a afirmação da nova dinastia dos Bragança, do séc. XVII, em Portugal, que, contudo, no séc. XVIII foi perdendo a sua importância, sendo construída apenas por razões formais. A fachada principal é composta pelo portal, definido por pilastras laterais, e encimado por um complexo frontão interrompido, em cujo tímpano se rasga um óculo quadrilobado, flanqueado por conchas e aletas. Os portais, nas duas fachadas contíguas à principal, encimados por frontão e óculos, são mais depurados. Os oito lados da nave são marcados por pilastras, encimadas por pináculos, sobre a cornija que percorre todo o edifício. O corpo retangular, onde se abrem algumas janelas, desenvolve-se numa composição idêntica. A articulação entre os dois corpos, no interior, é feita através de um arco de triunfo de volta perfeita, ladeado por duas capelas, com arcos semelhantes. A capela-mor destaca-se pelo retábulo de talha dourado, de estilo nacional, com a imagem do Senhor dos Milagres. Tem um enquadramento urbano, isolado, destacando-se num terreiro grande em frente à Igreja Matriz.	
Bibliografia "Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVII - A Planta Centralizada", GOMES, Paulo Varela, 2001 "Inventário Artístico de Portugal - Aveiro, Beja, Coimbra, Évora, Leiria, Portalegre, Porto e Santarém", SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 2000 Descrição da DGPC, CARVALHO, Rosário "Inventário Artístico de Portugal, Lisboa, 1953" GONÇALVES, Nogueira, A., CORREIA, Virgílio	

Planta de localização | Imagens



Fonte: IHRU; acedida em maio de 2017 e

Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC, do SIPA/ IHRU e do Portal da Câmara Municipal de Tábua-Conhecer Tábua- Património Classificado (consultado em 2017)

PELOURINHO DE ÁZERE | IP. 02

N.º de IPA – IPA.00000902

Identificação do Imóvel

Pelourinho de Ázere

Localização / AcessosLargo do Pelourinho / Largo D. Afonso III
Ázere**Tipologia**

Arquitetura Civil - Pelourinho

Classificação do Imóvel

IP – Interesse Público

Cronologia

Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933

ZGP – Zona Especial de Proteção de 50 metros contados dos limites exteriores do imóvel.

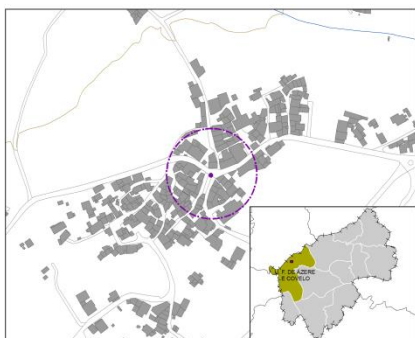
Fonte: DGPC,
acedida em maio de 2017

Descrição

Ázere foi sede de concelho até 1836. Pelourinho seiscentista. O monumento está sobre uma plataforma, encimada por um único degrau quadrangular, e pela base prismática da coluna de secção quadrangular, seguida por uma moldura em meia cana e por um troço quadrangular menor. A coluna tem dois pequenos troços quadrangulares cujos bordos chanfrados definem a secção oitavada do fuste. No seu topo assenta um ábaco quadrangular. O remate é um pináculo tronco-piramidal, de base quadrada, decorado, nos ângulos inferiores, com pequenas carrancas salientes, e rematado com uma esfera armilar esquemática, em ferro.

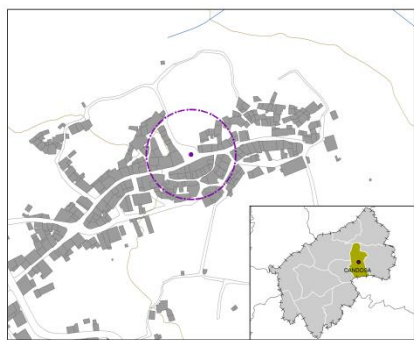
Bibliografia

"Pelourinhos Portugueses, Tentâmen de Inventário Geral", MALAFAIA, E. B. de Ataíde, 1997

Planta de localização | Imagens

Fonte: DGPC, acedida em maio de 2017
Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

PELOURINHO DE CANDOSA IP. 03	
N.º de IPA – 00002594	
Identificação do Imóvel	
Pelourinho de Candosa	
Localização / Acessos	
Largo do Pelourinho	
Tipologia	
Arquitetura Civil	
Classificação do Imóvel	
IP – Interesse Público	
Cronologia	
Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933	
ZGP – Zona Especial de Proteção de 50 metros contados dos limites exteriores do imóvel.	
Descrição Candosa teve foral régio a partir de 1524, dado por D. Manuel, bem como outras localidades - Vila Chã e Várzea - Em 1836, Candosa passou a freguesia de Tábua. Pelourinho quinhentista. Conserva o seu pelourinho, muito simples e elegante, de conceção manuelina, com uma rusticidade muito interessante, correspondente ao foral manuelino, de acordo com a sua feição quinhentista. O pelourinho situa-se na rua principal da antiga vila, tendo permanecido, até 1956, adossado a uma habitação. Constituído-o, inicialmente quatro degraus, sendo o primeiro apenas uma plataforma de alvenaria, niveladora e mais três degraus quadrangulares de aresta. <atualmente, o pelourinho está sobre dois degraus quadrados, muito rústicos, sobre os quais se ergue coluna e remate, sem grimpá. A base é um degrau oitavado encimado por astrágalo idêntico, de onde irrompe o fuste, cilíndrico e liso. O capitel é composto por dois anéis finos, mediados por uma gola estreita, e encimados por um ábaco quadrado. Remata um tosco pináculo cónico, rebaixado, com labores rudes. O seu enquadramento urbano é isolado e localiza-se em largo empedrado rodeado por casas de volumetria de dois pisos, exceto a Norte, que se abre sobre paisagem rural. Em redor do embasamento, a protegê-lo, uma corrente de vedação, tombada. Bibliografia "Pelourinhos Portugueses, Tentâmen de Inventário Geral", MALAFAIA, E. B. de Ataíde, 1997 Planta de localização Imagens  Fonte: DGPC, acedida em maio de 2017 Lugar do Plano, em maio de 2017	
Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)	

PELOURINHO DO COUTO (DE MIDÕES) | IP. 04

N.º de IPA – 00002805

Identificação do Imóvel

Pelourinho do Couto (de Midões)

Localização / Acessos

Lugar de Coito, Rua do Pelourinho

Lugar do Couto

Tipologia

Arquitetura Civil - Pelourinho

Classificação do Imóvel

IP – Interesse Público

Cronologia

Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933

ZGP – Zona Especial de Proteção de 50 metros contados dos limites exteriores do imóvel.

Fonte: DGPC,
accedida em maio de 2017

Descrição

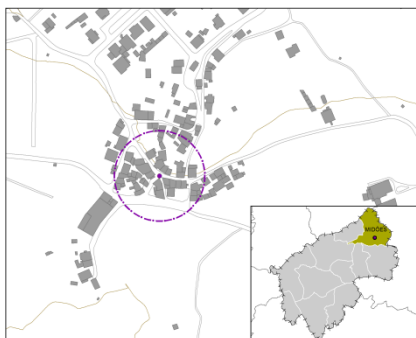
O Couto de Midões foi um pequeno concelho medieval, altura de que data o seu pelourinho.

É um pelourinho em granito, rústico, provavelmente quinhentista, se o compararmos com outros monumentos idênticos.

O pelourinho é constituído por uma base de três degraus quadrangulares, sobre a qual se ergue um troço de fuste monolítico, de secção quadrada, com esquinas chanfradas, sem qualquer remate superior, apenas evidenciando a marca da argola de sujeição. O degrau superior serve como pedestal ao pilar.

Bibliografia

Sílvia Leite e Isabel Policarpo / DGPC / 2013

Planta de localização | Imagens

Fonte: DGPC, SIPA/IRHU, accedida em maio de 2017
Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

PELOURINHO DE MIDÕES | IP. 05

N.º de IPA – 00000897

Identificação do Imóvel

Pelourinho de Midões

Localização / Acessos

Praça do Pelourinho

Midões

Tipologia

Arquitetura Civil - Pelourinho

Classificação do Imóvel

IP – Interesse Público

Cronologia

Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933

ZGP – Zona Especial de Proteção de 50 metros contados dos limites exteriores do imóvel.

Fonte: DGPC,
accedida em maio de 2017

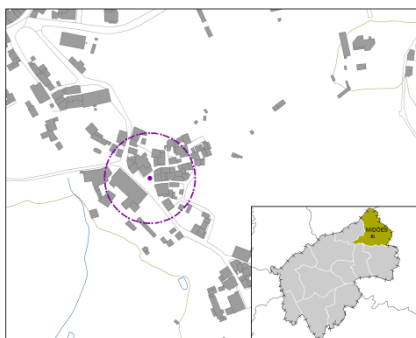
Descrição

Midões teve foral manuelino, dado em 1514, tendo sido erguido o pelourinho, que ainda atualmente se encontra na praça central da povoação, em frente a uma casa seiscentista (dos Sousa Machado).

O pelourinho é constituído por uma base com dois degraus quadrangulares, rústicos, de pedra aparelhada e aresta viva, encimado por um prisma quadrangular liso, onde assenta a coluna. A coluna tem base quadrada dupla que é talhada no mesmo bloco do fuste. Da parte superior do fuste saem quatro toros lisos, com ligeira curvatura, com desenvolvimento vertical, compondo uma coluna com suave entasis. O capitel é formado por duas molduras anelares salientes, mediada por gola decorada com quatro rosetas. Remata um pináculo espiralado, vagamente tronco-cónico, encimado por um ornamento do tipo cogulho.

Bibliografia

"Pelourinhos Portugueses, Tentâmen de Inventário Geral", MALAFAIA, E. B. de Ataíde, 1997

Planta de localização | Imagens

Fonte: DGPC, acedida em maio 2017
Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

PELOURINHO DE PERCELADA | IP. 06

N.º de IPA – 00002595

Identificação do Imóvel

Pelourinho de Parcelada
(ou Pelourinho de Perselada ou Pelourinho de Covas)

Localização / Acessos

Largo do Pelourinho
Parcelada

Tipologia

Arquitetura Civil - Pelourinho

Classificação do Imóvel**IP – Interesse Público****Cronologia**

Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933

ZGP – Zona Especial de Proteção de 50 metros contados dos limites exteriores do imóvel.



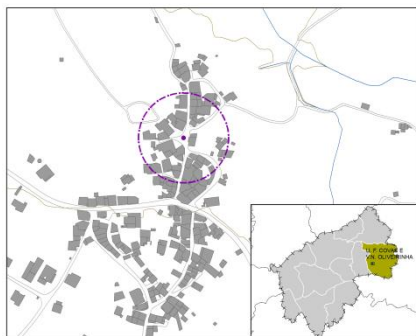
Fonte: DGPC,
accedida em maio de 2017

Descrição

Parcelada, vila muito antiga, á qual não há conhecimento que lhe tenha sido atribuído foral, no entanto tem um pelourinho, de tipologia manuelina, muito simples. O pelourinho, do século XVI, está localizado num pequeno largo empedrado, rodeado de casa de habitação de 1 e 2 pisos. É constituído por uma base de três degraus quadrangulares de aresta, encimado por um quarto que constitui a base da coluna. A coluna está encaixada num orifício do plinto, com face superior rampante. O fuste é liso, de secção quadrangular, com ângulos moldurados em meia-cana até perto do topo, onde retoma a planta quadrada, ao modo de capitel cúbico. Sobre o término das chanfraduras possui pequenos botões cantonais côncavos, como elementos decorativos. A coluna é encimada por um ábaco quadrado, saliente, que faz de tabuleiro de onde arranca o remate, em cone de superfícies lisas, ornamentado por quatro cogulhos em forma de pera, alinhados com os ângulos da coluna. No remate superior do cone está cravada uma cruz latina em ferro.

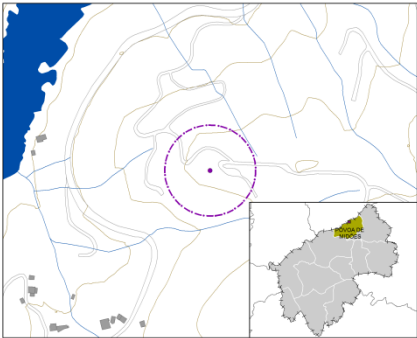
Bibliografia

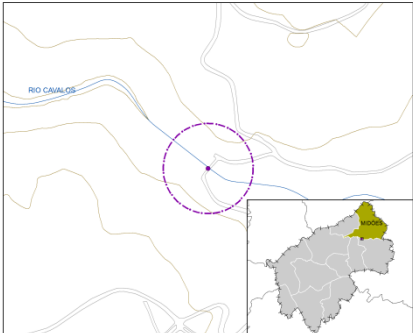
"Pelourinhos Portugueses, Tentâmen de Inventário Geral", MALAFAIA, E. B. de Ataíde, 1997

Planta de localização | Imagens

Fonte: Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

PENEDO OSCILANTE IP. 07	
N.º de IPA – 00001276	
Identificação do Imóvel Penedo Oscilante conhecido por «Penedo Cabana»	
Localização / Acessos Na encosta sobranceira ao Rio Mondego Póvoa de Midões	
Tipologia Não definida	
Classificação do Imóvel IP – Interesse Público	
Cronologia Decreto n.º 251/70, DG, I Série, n.º 129, de 3-06-1970	
ZGP – Zona Especial de Proteção de 50 metros contados dos limites exteriores do imóvel.	Fonte: DGPC, acedida em maio de 2017
Descrição O "Penedo Oscilante", afloramento rochoso de grandes dimensões localizado nas proximidades de Póvoa de Midões, na encosta sobranceira ao Rio Mondego, constitui uma curiosidade que, embora não resulte da ação humana, não deixa de ter interesse e relevância, a par de outras estruturas erguidas ao longo dos tempos, que testemunham as condições de fixação das comunidades.	
Bibliografia	
Planta de localização Imagens 	
Fonte: Lugar do Plano, em maio de 2017	
Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)	

PONTE DE SUMES IP. 08	
N.º de IPA – 00001274	
Identificação do Imóvel Ponte de Sumes	 Fonte: SIPA / IRHU, accedida em maio de 2017
Localização / Acessos Midões	
Tipologia Arquitetura Civil - Ponte	
Classificação do Imóvel IP – Interesse Público	
Cronologia Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990	
ZGP – Zona Especial de Proteção de 50 metros contados dos limites exteriores do imóvel.	
Descrição A Ponte de Sumes sobre o Rio de Cavalos, localiza-se num vale isolado, numa zona rural, a cerca de 5 quilómetros a Sul de Midões, e a cerca de 7 quilómetros de Coito. Situa-se num território que durante o período romano foi sede de município e que durante a Idade Média foi couto do Mosteiro de Lorvão. Está relacionada com uma via romana, que provavelmente integra a extensa via que de <i>Bracara Augusta</i> chegava a <i>Emerita Augusta</i>. (atual Mérida, em Espanha). Ponte de arco único de volta perfeita e parapeito, construída em grandes silhares de granito bem-talhados; tabuleiro com pavimento em lajes irregulares, que se prolongam para ambos os lados, nos acessos á ponte; não se conhecem siglas; arco assente no afloramento granítico, previamente afeiçoado. O seu tabuleiro tem uma extensão de 50 metros e cerca de 3 metros de largura, com uma pequena guarda de cerca de 40 centímetros de altura a delimitar. O seu pavimento é constituído por lajetas irregulares, que se prolongam para ambos os lados, nos acessos á ponte.	
Bibliografia "Pontes Antigas Classificadas". RIBEIRO, Aníbal Soares, 1998 "Pontes romanas de Portugal", PINTO, Paulo Mendes, 1999 "Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Coimbra", GONCALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergílio, 1993	
Planta de localização Imagens  Fonte: Lugar do Plano, em maio de 2017	
Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)	

TROÇO DA VIA ANTIGA DA PEDRA DA SÉ | IP. 09

N.º de IPA –00002674

Identificação do Imóvel

Troço da Via Antiga da Pedra da Sé

Localização / Acessos

Junto à antiga estrada Tábua-Santa Comba Dão
Tábua

Tipologia

Arqueologia - Via

Classificação do Imóvel

IP – Interesse Público

Cronologia

Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990

ZGP – Zona Especial de Proteção de 50 metros contados dos limites exteriores do imóvel.



Fonte: Portal do Município de Tábua,
accedida em junho de 2017

Descrição

Numa encosta sobranceira ao rio Mondego, encontra-se um troço de via romana, cuja construção deverá ser do séc. I, com cerca de 5 metros de largura, em avançado estado de abandono e degradação. No entanto, os elementos que se puderam observar levam a concluir que se tratava de um traçado bem delineado, com a utilização de tecnologia de construção pouco usual em Portugal, pelo cuidado de talhe dos blocos que a compõem e pela utilização de três eixos centrais. Considerando a existência de outras estações arqueológicas na sua imediação, é possível que se trate de um dos troços da via que, no tempo de Augusto, ligava as localidades de Bobadela e de Santarém, numa época em que Bobadela assumia um papel de relevo como centro económico e administrativo.

Bibliografia

"Geographia proto-histórica da Lusitânia. Situação conjectural de Talabriga, O Arqueólogo Português", PEREIRA, Félix Alves, 1907

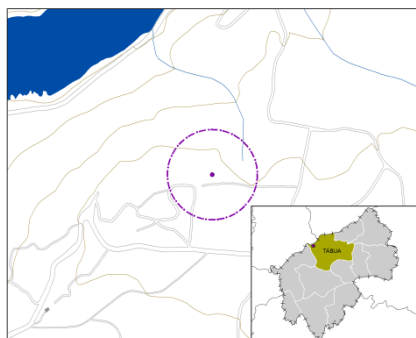
"Os miliários da estrada romana de Braga a Tuy, Distrito de Braga", ARAÚJO, José Rosa de, 1982

"Tomar na Arte Antiga, Tomar", BATATA, Carlos António Moutoso, 1983

"Via Romana da Pedra da Sé. (Tábua)", CORTE-REAL, Artur Manuel de Castro

"O Domínio Romano em Portugal", ALARCÃO, Jorge Manuel N. L., 1988

"As grandes vias da Lusitania - O Itinerário de Antonio Pio", SAA, Mário, 1964

Planta de localização | Imagens

Fonte: Lugar do Plano, em maio de 2017

Descrição adaptada da DGPC e do SIPA/IRHU (consultado em 2017)

6.2. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO INVENTARIADO DE INTERESSE MUNICIPAL

Conforme já referimos, o património não classificado, quando devidamente preservado e valorizado, tem uma importância significativa, contribuindo para a preservação da história e afirmação da identidade de um território. No concelho de Tábua, a Arquitetura Religiosa e Arquitetura Civil têm particular importância estando intrinsecamente ligadas às suas tradições culturais, sociais e económicas.

O património religioso é marcado pela construção de Igrejas Matriz nas sedes paroquiais. A devoção e iniciativa pessoais e comunitárias levaram à edificação de capelas em pequenos núcleos populacionais, disseminadas por todo o território, bem como de ermidas ou capelas de romaria em locais isolados. Encontram-se também capelas anexas aos solares ou casas senhoriais, por vezes, incorporadas no próprio edifício. É importante perceber os testemunhos deixados no território pelas diferentes tradições dos povos que o ocuparam através da presença de património religioso de diferentes épocas¹⁵.

Relativamente ao Património Civil, são diversas as tipologias abrangidas por essa designação, que vão desde os pelourinhos, às fontes e chafarizes, moinhos, coretos, pontes e viadutos, vias, imóveis públicos e particulares diversos. No concelho de Tábua encontramos diversos exemplares de grande valor patrimonial, nomeadamente, um significativo número de solares e casas senhoriais, diversos pelourinhos, moinhos.

Em complemento ao Património Classificado, foi efetuado o registo de algumas estruturas e bens de interesse patrimonial municipal, considerado pelo município, que deverão ficar sujeitos a medidas de proteção que visem a sua recuperação, preservação e valorização.

Pretende-se consciencializar para a função urbanística e identitária que os valores patrimoniais podem desempenhar na consolidação da imagem urbana, se considerada a sua requalificação.

Os critérios de avaliação considerados para a inventariação destes valores patrimoniais, foram, essencialmente, os seguintes:

Inventariado/Valorização – base de inventariado legal da DGPC e do IRHU;

Interesse histórico - relevante para o registo da memória local ou nacional, destacando-se a sua importância para a dinâmica da história, regional ou local;

¹⁵ Descrição segundo PROT- Centro, Maio de 2007, com atualização de Maio de 2011, pag.69

Originalidade, singularidade, exemplaridade e raridade - destacando-se a sua importância por ser um elemento original, singular, exemplar ou raro, devido ao seu estilo arquitetónico, estética, enquadramento, ou outros argumentos que fundamentem a sua distinção;

Autoria e/ou valor conceptual - relevância do seu autor para a história local e nacional. Consideram-se as obras dos autores que tiveram um papel relevante para a criação e desenvolvimento de uma tipologia arquitetónica que caracterize a região e/ou o autor;

Estado de conservação - o estado de conservação deve permitir a compreensão do bem cultural. O estado de conservação é relativizado de acordo com a natureza do bem cultural em causa, de acordo com o contexto cronológico e o enquadramento espacial;

Enquadramento na envolvente - Enquadramento na envolvente, atendendo à integração em conjuntos arquitetónicos ou paisagísticos de interesse.

O valor do património implica desde logo que se selecionem objetos em detrimento de outros, que se revelem ou afirmem uns e se mantenham no anonimato outros.

Consideramos importante esclarecer que o património inventariado não é o previsto na Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), não estando ao abrigo da referida lei, uma vez que não se pretende obrigatoriamente classificar o património inventariado, pretende-se sim, sensibilizar para o seu valor enquanto memória dos lugares e para a importância da sua preservação e valorização, considerando-se a possibilidade, caso se venha a justificar de definir medidas preventivas que promovam a sua preservação e acautelem a sua descaracterização.

6.2.1. INVENTÁRIO MUNICIPAL DE BENS COM INTERESSE MUNICIPAL

Quadro 1. Listagem de bens inventariados do município de Tábua. 2020.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FREGUESIA
1	IGREJA MATRIZ DE ÁZERE	ÁZERE	UNIÃO DE FREGUESIAS DE ÁZERE E COVELO
2	IGREJA MATRIZ DE COVELO	COVELO - LARGO DO ADRO	
3	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA FEBRES	COVELO	
4	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA DEVOÇÃO	RUA PRINCIPAL - COVELO DE BAIXO	
5	EDIFÍCIO NO LARGO DO PELOURINHO	EM 501	
6	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	LUGAR DA LAGEOSA	
7	CAPELA DA NOSSA SENHORA DA PAZ	ÁZERE	
8	CAPELA DO SANTO CRISTO		
9	IGREJA MATRIZ DE CANDOSA	RUA ANTÓNIO NOBRE CORREIA DE BRITO	CANDOSA
10	CAPELA DA NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM	LARGO AGOSTINHO J. BORGES	
11	CAPELA DE SÃO VIVENTE		
12	IGREJA MATRIZ DE CARAPINHA	RUA PROFESSOR JOSÉ DE OLIVEIRA E COSTA	CARAPINHA
13	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	VALE DE OVELHA	
14	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	MOITA DA SERRA	
15	IGREJA MATRIZ DE COVAS	RUA DOUTOR ANTÓNIO COSTA JUNIOR COVAS	UNIÃO DE FREGUESIAS DE COVAS E VILA NOVA DE OLIVEIRINHA
16	CAPELA DE SÃO CRISTOVÃO	PERCELADA	
17	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	VILA CHÃ	
18	IGREJA MATRIZ DE VILA NOVA DE OLIVEIRINHA	Av. ANTÓNIO DE PÁDUA	
19	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO LORETO	LARGO DA CAPELA DO LORETO	
20	SOLAR SEICENTISTA		
21	CÓRETO DE VILA NOVA DE OLIVEIRINHA	Av. ANTÓNIO DE PÁDUA	
22	CASA DO ADRO	Av. ANTÓNIO DE PÁDUA	

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FREGUESIA
23	ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA	RUA LUIS CÂNDIDO	
24	ESCULTURA EM HOMENAGEM A ALBANO GONÇALVES	RUA FREDERICO BANDEIRA	
25	JARDIM DO MONUMENTO DA GRANDE GUERRA	RUA LUÍS CÂNDIDO	
26	FONTE DE SÃO MIGUEL	RUA LUÍS CÂNDIDO	
27	CAPELA DA NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	RUA DA CAPELA – VENDA DA ESPERANÇA	
28	CAPELA DE SANTA HELENA	BECO DO QUINTAL	
29	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	VILA CHÃ	
30	CAPELA DE SÃO CRISTOVÃO	PERCELADA	
31	CAPELA DE SÃO GERALDO	SÃO GERALDO	
32	CAPELA DE SÃO JOÃO		
33	CAPELA DE SÃO MIGUEL	RUA DA FONTE - LOUREIRO	
34	IGREJA MATRIZ DE ESPARIZ	ESPARIZ	UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPARIZ E SINDE
35	CAPELA DE SANTA ANA		
36	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO		
37	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	CARRAGESELA	
38	CASA DA BARONESA DE ARGAMASSA	BECO DO CABO	
39	CASA DOS FERREIRINHAS	RUA DO ESPÍRITO SANTO	
40	IGREJA MATRIZ DE SINDE	SINDE	
41	CAPELA DE SANTO ANTÃO	SANTO ANTÃO – U.F. ESPARIZ E SINDE	
42	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO		
43	QUINTA DE SÃO LOURENÇO ou CASA MAIA	LARGO DA ESTRELA	
44	CASA DA BARONESA ou CASA DA IGREJA		
45	CASA SOLARENGA DA FAMÍLIA LAMEIRAS	ESPARIZ E SINDE	
46	CRUZEIRO DE POUSADOURA	CARRAGESELA	
47	CAPELA DE GUALDIM	GUALDIM	

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FREGUESIA
48	CAPELA DO SANTÍSSIMO		
49	CASA DOS SOUSAS MACHADOS - ATUAL CASA DA FAMÍLIA ROSADO VASCONCELOS	RUA CARICHA / PRAÇA DO PELOURINHO	MIDÕES
50	CASA DOS SOARES D'ALBERGARIA	LARGO DA MISERICÓRDIA - TÁBUA	
51	CASA DO RIBEIRINHO	RUA RIBEIRINHO	
52	ANTIGA CASA DA CÂMARA DE MIDÕES	PRAÇA DO PELOURINHO	
53	CASA DE JOÃO DUARTE D'ALMEIDA	RUA NOVA	
54	CASA DO JUÍZ DE MIDÕES	RUA CÔNEGO GARCÊS	
55	VILA BERTILDE		
56	PALÁCIO VALVERDE		
57	PALÁCIO DAS QUATRO ESTAÇÕES /PALÁCIO MIDÕES	LARGO DA IGREJA	
58	SOLAR DO ESPORÃO		
59	CRUZEIRO		
60	IGREJA MATRIZ DE MIDÕES	RUA DA IGREJA	
61	CAPELA DA SENHORA DO CARMO	ALDEIA DE CASAL DA SENHORA	
62	CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS DORES	LOCAL DA ANTIGA FEIRA	
63	CAPELA DE SÃO MIGUEL	RUA DE SÃO MIGUEL	
64	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO	COUTO DE MIDÕES	
65	CAPELA DE SANTA ANA	VILA DO MATO	
66	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO CAMPO	CASAL DA SENHORA	
67	CAPELA DE SANTO AMARO	CASAL DE SANTO AMARO	
68	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	RUA NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA - TOURIZ	
69	FONTE DA CARICHA	LARGO DA FONTE DA CARICHA, MIDÕES	
70	CASA DA FAMÍLIA D'ARGENT ALBUQUERQUE	RUA NOVA	
71	CASA DA FAMÍLIA GONÇALO PEREIRA MIDÕES	RUA DA CARICHA	
72	CAPELA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	RUA DO RIBEIRINHO	

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FREGUESIA
73	FORTE DE MIDÕES	RUA RIBEIRINHO	
74	CRUZEIRO DO CASAL DA SENHORA	CASAL DA SENHORA – LARGO JOÃO BRANDÃO	
75	VIADUTO ROMANO DE MIDÕES		
76	VILA ALTINA	LARGO FORTE DA CARICHA	
77	IGREJA MATRIZ DE PÓVOA DE MIDÕES		PÓVOA DE MIDÕES
78	CAPELA DE SANTA EUFÉMIA	RUA GABRIEL SOARES CHAVES	
79	CRUZEIRO		
80	CORETO DE PÓVOA DE MIDÕES		
81	CAPELA DE SÃO BARTOLOMEU	VALE DA TAIPA	
82	CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO		
83	SANTUÁRIO DE SANTA EUFÉMIA	SERRA DA MOITA, VENDA DA SERRA, MOURONHO	MOURONHO
84	IGREJA MATRIZ DE MOURONHO	RUA DA IGREJA	
85	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	CARREGOSA	
86	CAPELA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA	POUSADOUROS	
87	CAPELA DE SANTO AMARO	ALVOEIRA	
88	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA LUZ	CASTANHEIRA	
89	CAPELA DE SÃO JOÃO	VENDA DA SERRA	
90	CAPELA DO SENHOR DOS PASSOS	MOURONHO	
91	ESTAÇÃO DOS CORREIOS	MOURONHO	
92	CASA MIRA - SERRA	CARREGOSA	
93	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	PEREIRA	
94	CAPELA DE VALE DE URZE	VALE DE URZE	
95	CAPELA DE SANTA CATARINA	FONTÃO	
96	IGREJA MATRIZ DE MEDA DE MOUROS	LARGO JOSÉ BORGES DE CARVALHO	UNIÃO DE FREGUESIAS DE PINHEIRO DE CÔJA E MEDA DE MOUROS
97	IGREJA MATRIZ DE PINHEIRO DE COJA	RUA DO ROSSIO	

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FREGUESIA
98	CAPELA DO SENHOR SANTO CRISTO		
99	CAPELA DE SANTO OVÍDIO		
100	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA	BOGALHAS	
101	CAPELA AS ALMAS	VENDA DO PORCO	
102	CRUZEIRO	CARREGOSA	
103	MONUMENTO AO PADEIRO	MEDA DE MOUROS	
104	CAPELA DE SÃO MARCOS	RUA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS	
105	CAPELA DE SÃO PEDRO	RUA RICARDO MARQUES DOS SANTOS	
106	IGREJA PAROQUIAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	SÃO JOÃO DA BOA VISTA
107	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO	OLIVEIRA DE FAZEMÃO	
108	CAPELA DE SANTA EUFÉMIA e SENHOR DOS AFLITOS		
109	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	LAMEIRA	
110	CAPELA DAS LAMEIRAS	RUA DOUTOR JOÃO QUARESMA DE MATOS - LAMEIRAS	
111	CAPELA DE SÃO PEDRO	SERGUDO	
112	IGREJA MATRIZ DE TÁBUA	LARGO DOS MILAGRES	TÁBUA
113	EDIFÍCIO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		
114	CASA/MUSEU SARAH BEIRÃO - COMENDADOR ANTÓNIO DA COSTA CARVALHO	DR. FORTUNATO VIEIRA DAS NEVES TÁBUA, 8	
115	BIBLIOTECA/ MUNICIPAL DE TÁBUA	RUA DR. 9 FRANCISCO BEIRÃO	
116	EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CENCELHO	PRAÇA DA REPÚBLICA	
117	ESCOLA CONDE FERREIRA /JUNTA DE FREGUESIA E TURISMO	RUA DR. 9 FRANCISCO BEIRÃO	
118	ESCOLA PRIMÁRIA	RUA PROF JOSÉ OLIVEIRA E COSTA	
119	HOSPITAL DE TÁBUA	RUA DR. ANTÓNIO COSTA CARVALHO	
120	SOLAR DOS ALBERGARIAS / SANTA CASA DA MISERICORDIA	LARGO DA SILHADA	
121	TRIBUNAL DA COMARCA DE TÁBUA (ARQ. VASCO CUNHA)	RUA COMANDANTE CÂNDIDO SERRA	
122	CENTRO CULTURAL DE TÁBUA	AV. 9 DR. CASTANHEIRA FIGUEIREDO	

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FREGUESIA
123	CHAFARIZ ARCO DA VILA	PRAÇA ALEXANDRE HERCULANO	
124	CASA SEISCENTISTA - CASA DA FAMÍLIA CAEIRO DA MATA	DR. FORTUNATO VIEIRA DAS NEVES TÁBUA	
125	EDIFÍCIO (Séc. XIX)	DR. FORTUNATO VIEIRA DAS NEVES TÁBUA	
126	CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES OITICENTISTAS	DR. FORTUNATO VIEIRA DAS NEVES TÁBUA	
127	CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES	DR. FORTUNATO VIEIRA DAS NEVES TÁBUA	
128	MOINHOS DE SEVILHA	SEVILHA	
129	CAPELA DE SÃO FACUNDO	SÃO FACUNDO	
130	CASA DOS MILAGRES	LARGO SENHOR DOS MILAGRES	
131	CHAFARIZ DE SEIXO ALVOS	SEIXO ALVOS	
132	ESCULTURA DO ESCUDO DA VILA	ROTUNDA EN 234-6	
133	ESCULTURA DO PARQUE INDUSTRIAL DE TÁBUA	RUA DO PARQUE INDUSTRIAL DE TÁBUA	
134	FONTE DA PRAÇA PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CASTANHEIRA NEVES	PRAÇA PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CASTANHEIRA NEVES	
135	FONTE DE REMOUÇO	REMOUÇO	
136	JARDIM SARAH BEIRÃO		
137	PONTE DE SEVILHA	SEVILHA	
138	FONTE DA PRAÇA DOUTOR COSTA JUNIOR	PRAÇA DOUTOR COSTA JUNIOR	
139	CAPELA DA NOSSA SENHORA DA LUZ	BARRAS	
140	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA	LAGEOSA	
141	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO	BABAU	
142	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO		
143	CAPELA DE SÃO BRÁS	BARROSA	
144	CAPELA DE SÃO MIGUEL	SEVILHA	
145	CAPELA DE SÃO SIMÃO	SÃO SIMÃO	
146	CAPELA DE SEIXO ALVOS	SEIXO ALVOS	

7. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O património arqueológico é um elemento essencial para o conhecimento da história e da cultura dos povos, através do qual é possível traçar a história do Concelho de Tábua, ao longo dos séculos, compreendendo a sua relação com o meio ambiente, as suas formas de povoamento e organização social.

Sendo reconhecida a importância do património arqueológico, é importante inventaria-lo e salvaguardá-lo. O inventário que integra este relatório foi efetuado, sobretudo, com base no trabalho de investigação desenvolvido pelas Arqueólogas Suzana Santos, Filipa Bragança, Filipa Neto e Sandra Lourenço no âmbito do "PNTA/99-Levantamento Arqueológico do Concelho de Tábua" desenvolvido no concelho entre os anos de 1999 e 2002. Os resultados deste projeto – que teve como objetivo “colmatar a ausência de investigação arqueológica neste concelho”¹⁶ – encontram-se no Sistema de Informação da Tutela Património Cultural I.P. (Portal do Arqueólogo/Endovélco), tendo sido publicados em diversos artigos científicos (SANTOS, 2000; 2008; BRAGANÇA *et al.*, 2012).

Outro projeto arqueológico que incidiu sobre o concelho de Tábua, e cujos resultados também se encontram no Portal do Arqueólogo/Endovélco, é o “PNTA2003-O Povoamento Alto Medieval entre os rios Dão e Alva” da autoria de Sandra Lourenço desenvolvido entre 2003 e 2006, resultando na publicação da respetiva monografia (LOURENÇO, 2007). Além destes trabalhos de maior relevância, foram desenvolvidos outros de forma mais pontual, mas que resultaram também na identificação, confirmação e/ou valorização de arqueosítios do concelho, constando igualmente na base de dados da Tutela. Referimo-nos aos trabalhos de manutenção, proteção, conservação e restauro do extinto Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro desenvolvidos entre 1984 e 1985, ao acompanhamento arqueológico realizado no âmbito do “EIA-Substação de Tábua” ocorrido em 2008, às prospeções arqueológicas no âmbito do “EIA-Projecto de Construção da Variante de Tábua (à EN 17)” ocorridas em 2001 e, ainda, às sondagens arqueológicas realizadas em 2008 no sítio arqueológico de Fundo de Vila (Tábua) no âmbito do Projeto “EN 337-Variante a Tábua”, cujos resultados se encontram publicados em revista científica (RAPOSO, 2018).

Pretende-se identificar um conjunto de áreas referenciadas de ocupação humana, possibilitando a promoção da fruição, de forma não destruidora, do Património Arqueológico concelhio identificado até à data.

¹⁶ Descrição segundo o Portal do Arqueólogo (PNTA/99 – Levantamento Arqueológico do Concelho de Tábua), DGPC

7.1. LISTAGEM DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - ENDOVÉLICO DO PORTAL DO ARQUEÓLOGO DA DGPC¹⁷

Quadro 2. Inventariação do Património Arqueológico do Município de Tábua.

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
Anta de Vila Nova de Oliveirinha	14469	Trata-se de uma anta que foi deslocada do seu local original para a propriedade em que se encontra, em meados do século. A anta foi, segundo os arrendatários do local, desmontada e de novo montada neste local, tendo posteriormente abatido para a frente, estado como atualmente se encontra. A anta orientada NW - SE, compõe-se de 7 esteios, um de menores dimensões em xisto e os restantes em granito. Foi igualmente detetado um de maiores dimensões que se trata do chapéu, igualmente em granito. Encontra-se no interior da referida propriedade, coberta por vegetação, que apesar de dificultar a sua identificação e visualização, permite que esta se encontre a salvo de vandalismos.	Anta	Neo-Calcolítico	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	1
Corgas	11544	Lagareta escavada na rocha. Pio circular ligado por um sulco de escorrências a um pio sub-trapezoidal de maiores dimensões e em plano inferior. Na superfície ao lado dos pios observam-se vários entalhes.	Lagareta	Indeterminado	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	2
Covas/Devesas	15727	Sepultura antropomórfica, escavada no afloramento granítico, a 386 m de altitude, implantada num planalto. Apresenta 1,90 m de comprimento e 53 cm de largura máxima. A partir da zona do ombro, no lado esquerdo, é notório que foi efetuado um corte no afloramento granítico, ficando à vista o grão grosso que rapidamente se desagregará. Esta sepultura isolada encontra-se orientada a E. A mesma encontra-se junto a uma caminho de cronologia indeterminada e de duas linhas de água, situando-se num local com defensibilidade reduzida. Segundo informação recolhida junto da população, terão existido mais três sepulturas, as quais foram destruídas pela ação da pedra. Nos terrenos em redor foram identificados materiais de construção (fragmentos de imbrices) e cerâmica comum (bojo de pasta castanha e castanha acinzentada), contudo estas acha-se muito rolada devido às lavras agrícolas. O ribeiro de Lameira, afluente do rio de Ribelas, corre a cerca de 400 m para norte e este dos vestígios (Lourenço, 2007).	Sepultura	Alta Idade Média	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	3
Ervedais	11521	Os vestígios de povoamento localizam-se num esporão sobre a Ribeira de Lameira, num olival. A Sul encontra-se abundante material de construção e cerâmica comum. O sítio desenvolve-se para Este até à Igreja Matriz de Covas onde se volta a verificar grande dispersão de material, e dista 300m do sítio de Pombal.	Vestígios Diversos	Romano; Alta Idade Média	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	4
Igreja de Covas	14477	Sepultura antropomórfica sub-trapezoidal com cabeceira retangular, "tipo almofadado", escavada no afloramento granítico, num extenso planalto na zona do Passal. Encontra-se a 360 m de altitude, está orientada a E e acha-se adocada à parede Sul da Igreja Matriz de Covas (orientada canonicamente e com uma planta medieval). Possui um comprimento de 174 cm e uma largura máxima de 60 cm. Na fachada sul da Igreja foi possível identificar uma inscrição em que o granito de	Sepultura	Alta Idade Média	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	5

¹⁷Listagem segundo o Portal do Arqueólogo(PNTA/99 – Levantamento Arqueológico do Concelho de Tábua), DGPC

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
		suporte difere do que compõem o exterior da igreja. Ao longo da fachada também se observa a presença de blocos de granito com características mais antigas, podendo ter sido reutilizados aquando da remodelação da igreja no século XVII. Na fachada principal encontra-se uma estela funerária discoidal, assim como num dos muros do adro. Com isto, Sandra Lourenço propõe que possa ter existido uma antiga igreja medieval, tal como mais sepulturas rupestres (Lourenço, 2007). O Planalto onde se localiza a sepultura é percorrido por duas linhas de água (uma a cerca de 20 m para sul e outra a cerca de 50 m para norte) que desaguam no Ribeiro de Lameira (Lourenço, 2007).				
Lage do Souto	15724	Lagareta composta por um tanque escavado na plataforma superior de um afloramento granítico com cerca de 2,12 m de comprimento, 84 cm de largura no topo, 74 cm a meio e 32 cm na sua parte final. A partir desta última encontra-se escavado um sulco longitudinal com 42 cm de comprimento e 12 cm de largura, por onde escorreria o líquido produzido. Este por sua vez dirigir-se-ia para uma concavidade arredondada escavada na plataforma inferior do penedo, com cerca de 62 cm de largura. O sulco da plataforma superior e a concavidade da plataforma inferior distam cerca de 50 cm de altura. A profundidade média do tanque principal é de 23 cm, sendo de salientar que apenas possui os rebordos laterais, não tendo sido detetado nenhum rebordo no topo do mesmo. Esta característica não impedia a concretização da sua funcionalidade, dado que a inclinação natural do afloramento para a plataforma inferior permitiria o fácil escoamento do líquido.	Lagareta	Indeterminado	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	6
Perceladas	3632	Sítio referenciado em notícia do Diário de Notícias de 01/09/1977, do qual apenas se sabe estarem referenciados materiais da Idade do Ferro. A localização deste achado é desconhecida.	Achado(s) Isolado(s)	Idade do Ferro	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	Não localizado
Pombal	15723	Trata-se de um grande afloramento granítico que na parte inferior do seu lado Noroeste é circundado por uma espécie de corredor escavado na rocha, o qual atinge cerca de 1 metro de largura e 6 metros de comprimento. O mesmo possui um entalhe vertical no afloramento que permite o escoamento das águas que facilmente aí se acumulam. É de salientar a existência do que parecem ser dois degraus no lado Norte que dão acesso a um caminho carreteiro e ao vale que lhe estão sobranceiros. Não descuramos a hipótese destes supostos dois degraus serem o suporte de uma porta ou de qualquer outro tipo de proteção. Este grande afloramento granítico integra-se no meio de outros, igualmente de grande porte, tendo sido detetados entre eles dois abrigos aparentemente sem ocupação humana. Do local onde o mesmo está implantado tem-se um bom domínio visual quer para Noroeste, quer para Norte, controlando-se o vale e a ribeira que lhe estão no sopé da encosta. Relativamente à sua funcionalidade a hipótese que se nos afigura mais plausível é a do mesmo ter sido utilizado como posto de vigia, cuja a cronologia é difícil de precisar. Na população local não existe qualquer memória deste sítio ou de lendas que lhe estivessem associadas, foi na sequência de uma limpeza da vegetação desta área, realizada por parte da Junta de Freguesia de Covas, que se descobriu este sítio.	Estrutura	Indeterminado	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	7
Quinta da Pedra da Abelha 1	14478	Conjunto de cinco sepulturas escavadas no afloramento granítico, situadas a 400 m de altitude. Em 1999 identificaram-se três, duas delas antropomórficas (sepulturas 2 e 3) e a outra não antropomórfica (sepultura 1). As primeiras distam da última cerca de 5m. A sepultura 1, não antropomórfica, está orientada a Norte e encontra-se inacabada. Possui um comprimento de 170 cm, uma largura máxima de 50 cm. As sepulturas antropomórficas, 2 e 3, estão orientadas a	Necrópol e	Alta Idade Média	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	8

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
		Este e encontram-se escavadas no mesmo afloramento granítico. A sepultura 2 apresenta um comprimento de 190 cm e uma largura máxima de 56 cm. A sepultura 3 possui um comprimento de 198 cm e uma largura máxima de 60 cm. Foi também identificada uma lagareta entre as duas sepulturas alinhadas e a sepultura isolada. Uma prospeção em 2004 possibilitou a observação de mais duas sepulturas, a cerca de 30 m para sudoeste do primeiro núcleo. A sepultura 4 possui um antropomorfismo incipiente encontrando-se parcialmente destruída. Mede 60 cm de largura máxima. A sepultura 5 é antropomórfica e mede 1,78 m de comprimento e 54 cm de largura máxima. Encontram-se ambas orientadas a S. A defensibilidade do sítio é reduzida. A nível hidrológico correm duas linhas de água perto do mesmo (uma a 50 m para oeste e outra a 200 m para este). A ribeira de Ribelas corre a cerca de 450 m para nordeste do sítio. É ainda de salientar que as sepulturas encontram-se junto a caminho(s) de origem indeterminada. (Lourenço, 2007)				
Quinta da Pedra da Abelha 2	14482	Entre duas sepulturas alinhadas no mesmo afloramento e a sepultura isolada, encontra-se escavada num outro afloramento granítico uma lagareta. É constituída por um pio central quadrangular com cerca de 66cm de profundidade, 170cm de comprimento e 156cm de largura; e um pio circular, em plano inferior, com cerca de 6cm de profundidade, 145cm de comprimento e 67cm de largura. Estes estão ligados entre si por um pequeno orifício por onde escorreria o líquido, circulando o produto do pio central quadrangular para o pio circular de menor dimensão. No interior deste último é possível observar que no seu centro existe um rebaixamento do afloramento de forma circular. É ainda de salientar que quer no corte Norte e Sul do pio central quadrangular, quer na sua superfície externa estão escavados na rocha vários entalhes, onde assentaria qualquer estrutura em madeira.	Lagar	Idade Média	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	9
São Cristovão	11541	Conjunto de duas sepulturas antropomórficas escavadas no afloramento granítico, a 370 m de altitude, implantadas numa encosta junto de um caminho. A sepultura 1 é assimétrica nos ombros esquerdo e está orientada a E. É de salientar que na zona dos pés o afloramento granítico está cortado. A sepultura possui um comprimento de 184 cm e uma largura máxima de 48 cm. A segunda sepultura é ovalada e está orientada a S. Distancia-se da primeira cerca de 15 metros para NO, exatamente do outro lado do caminho. É de assinalar que, na zona dos pés, o afloramento da sepultura 2 também se encontra fraturado. O sítio apresenta defensibilidade elevada a Este. Saliente-se que, a cerca de 40 m, no topo da encosta, existe uma capela em ruínas dedicada a S. Cristovão. As sepulturas encontram-se rodeadas por duas linhas de água (uma a 150 m para norte e a outra 30 m para sul) que desaguam na ribeira de Candosa. (Lourenço, 2007)	Necrópol e	Alta Idade Média	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	10
Vila Nova de Oliveirinha 1	15725	Trata-se de um afloramento granítico onde se detetam duas plataformas distintas, uma superior e outra inferior. A primeira possui cerca de 3,33 m de comprimento e 1,67 m de largura, na mesma encontram-se talhadas: um orifício de 22 cm de diâmetro e 13 cm de profundidade, provavelmente para assentamento de algum barrote em madeira; um sulco longitudinal com 2,75 m de comprimento, 5 cm de largura máxima e 1,5 cm de profundidade, e ainda se encontra delimitado no lado SE e SW o que parece ser o início de um pequeno tanque com cerca de 70 cm de largura e 1,26 m de comprimento. No interior deste último, observa-se ainda uma pequena depressão de forma retangular com cerca de 38 cm de comprimento e 30 cm de largura, que poderá dever-se ao assentamento/encaixe de alguma estrutura. A segunda apresenta um tanque central com 2,60 m de comprimento, cuja a parte superior mede 2,60 m de largura e a parte	Lagar	Indeterminado	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	11

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
		inferior 2,15 m. Apesar deste tanque afunilar ligeiramente na sua metade inferior, a planta é quadrangular. A profundidade média é de 15 cm e no seu centro localiza-se um orifício arredondado com cerca de 28 cm de diâmetro e 20 cm de profundidade, atualmente entulhado com pedra miúda e argamassa esbranquiçada. É ainda de mencionar que no topo da parede do tanque central, lado SW, encontra-se um pequeno orifício com cerca de 10 cm de diâmetro e 5 cm de profundidade, enquanto que na parte inferior do mesmo, lado SW, existe um sulco com 47 cm de comprimento, 7 cm de largura e 12 cm de profundidade. No topo inferior do tanque central, lado NW, existem dois entalhes retangulares fechados para o tanque central, com 25 cm de comprimento, 12 cm de largura e 20 cm de profundidade, e um outro com a mesma forma, mas ligeiramente mais pequeno, com 18 cm de comprimento, 15 cm de largura e também com 20 cm de profundidade. Este último distingue-se dos anteriores pelo facto de ter uma abertura que possibilita a ligação para o tanque central, através de um pequeno canal esculpido na rocha com 18 cm de comprimento, 7 cm de largura e 12 cm de profundidade. Neste mesmo rebordo há a acrescentar um entalhe disposto de forma inversa aos acima descritos, com 22 cm de comprimento, 15 cm de largura e 30 cm de profundidade, bem como um pequeno orifício com 4 cm de diâmetro e 5 cm de profundidade, provavelmente executado posteriormente à função original o lagar. Os três entalhes retangulares comunicam com uma depressão no afloramento que parece delinear mais uma pequena plataforma com cerca de 1,80 m de comprimento e 55 cm de largura, a qual poderia suportar uma qualquer estrutura que por sua vez poderia assentar nos três entalhes. O sulco por onde escorreria o produto orienta-se para um espaço em que o afloramento se encontra arredondado, onde pela forma se poderia colocar uma talha que recolheria o produto final. A este mesmo espaço vem dar um sulco talhado o limite do afloramento, paralelo ao tanque central da plataforma inferior e que poderá ter tido a função de uma Levada de Água.				
Vila Nova da Oliveirinha 2	11519	Conjunto de covinhas de pequena dimensão escavadas no topo do penedo granítico.	Arte Rupestre	Indeterminado	Covas e Vila Nova de Oliveirinha	12
Olival	16697	Localiza-se num esporão sobranceiro a uma linha de água, onde foram recolhidos alguns materiais líticos que indiciam uma ocupação pré-histórica do local.	Mancha de Ocupação	Indeterminado	Espariz e Sinde	13
Olival da Fonte dos Mouros	16690	O sítio arqueológico implanta-se num pequeno cabeço que a norte desce suavemente em direção a uma linha de água. Existe uma grande concentração de material de construção e alguma cerâmica comum à superfície, nomeadamente no topo do cabeço e na vertente norte.	Casal Rústico	Romano	Espariz e Sinde	14
Passais	16691	Os vestígios cerâmicos dispersam-se por uma suave vertente em direção à Ribeira de Sinde. À superfície encontraram-se escassos fragmentos cerâmicos, contudo segundo informação oral a tradição local refere que aqui existia uma antiga Igreja. Este local fica exatamente ao lado da área onde detetamos os vestígios cerâmicos.	Mancha de Ocupação	Moderno	Espariz e Sinde	15
Quinta das Várzeas	16693	O sítio arqueológico localiza-se na encosta suave virada a sudoeste. Quer do lado nascente sobre a qual se eleva a ermida de Santo António, quer do lado sudoeste na zona determinada das várzeas, é visível à superfície uma elevada quantidade de material de construção e alguma cerâmica comum romana. Segundo informação oral do senhor Joaquim há notícia de se ter encontrado moedas neste local.	Casal Rústico	Romano	Espariz e Sinde	16

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
Santo Antão	15719	Trata-se de um esporão que desce suavemente para o vale de uma ribeira. A sua superfície encontra-se coberta por vegetação rasteira e por pequenos pinheiros que impossibilitam a visibilidade do terreno. Contudo, este esporão está envolto por um caminho de terra batida, no qual foi encontrado um bojo com a superfície interna polida e a externa alisada, com uma pasta bem depurada, que pelas suas características se poderá integrar na Idade do Bronze. A cerâmica foi encontrada no caminho, já no final do esporão, na área que fica mais próxima da ribeira. Pela análise dos cortes que a abertura do caminho provocou este sítio apresenta uma potência estratigráfica de cerca de 30 cm. Pretendemos realizar novas prospeções no local para tentar definir uma mancha de ocupação ou concluir que se trata de um achado isolado.	Achado(s) Isolado(s)	Idade do Bronze; Indeterminado	Espariz e Sinde	17
Várzea de Sinde	19930	Esporão sobre a Ribeira de Sinde onde se identificou grande dispersão de material, cerâmica comum e de construção romana. A área de dispersão abarca cerca de 100 m2.	Vestígios Diversos	Romano; Moderno	Espariz e Sinde	18
Castro de Sumes	11520	O povoado encontra-se no topo de um cabeço aplanado e que a Oeste forma um pequeno promontório sobre o rio de Cavalos. A Este está mais exposto mas naturalmente defensável a Norte, Sul e Oeste. O sítio encontra-se destruído.	Povoado	Indeterminado	Midões	19
Couto de Midões	12651	Duas inscrições com moldura em granito, reutilizadas na parede sudeste da capela de São Sebastião. As letras foram avivadas com tinta vermelha, e algumas encontram-se desgastadas pela erosão. Numa das inscrições é legível: GENIO MUNICIPII TEMPLUM. C. CANTIUS MODESTINUS, EX PATRIMONIUM SUO.	Inscrição	Romano	Midões	20
Cumieira 1	14473	O sítio desenvolve-se ao longo de uma plataforma que se prolonga desde a estrada até ao topo de um pequeno cabeço onde foi construído um depósito de água. Encontrou-se, disperso por toda a superfície do terreno, material de construção, restos de pavimento (tijoleira), cerâmica comum romana e moderna. Recolheram-se ainda alguns fragmentos de escória. Desta forma o material recolhido parece confirmar a existência de um antigo sítio de habitat, vindo-se assim a confirmar a opinião de alguns autores.	Vestígios Diversos	Romano	Midões	21
Cumieira 2	14470	Os vestígios encontrados surgem dispersos ao longo de uma plataforma, atualmente agricultada, em contextos de remetimento, embora circunspectos a uma cota de cerca de 250m. Foi possível recolher alguns quartzos talhados, um nódulo de sílex talhado. No entanto o sítio encontra-se todo revolido pelas sucessivas ocupações que este sofreu, pelo que parece estarmos na presença não de um sítio de habitat, mas de um local meramente de depósito deste tipo de vestígios.	Vestígios Diversos	Indeterminado	Midões	22
Cumieira 3	11522	Localiza-se a meia encosta, a cima da Cumieira 1, junto a um caminho vicinal. Foi identificada uma dispersão de material, tegulae, imbrex e cerâmica comum.	Vestígios Diversos	Romano e Alta Idade Média	Midões	23

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
Gamelão dos Mouros	15728	Trata-se de uma sepultura não antropomórfica (retangular), escavada no afloramento granítico, a 270 m de altitude e implantada numa encosta suave encaixada por duas linhas de água. Encontra-se orientada a Sul e possui uma tipologia retangular, medindo 2,10 m de comprimento e 52 cm de largura máxima. Encontra-se reaproveitada como lagareta, possui na sua parte final um orifício com cerca de 12 cm de diâmetro, o qual tem continuidade para um sulco escavado na rocha. Na superfície do afloramento, a cerca de 40 cm do topo direito da sepultura, existe uma covinha com cerca de 8 cm de diâmetro e 3 cm de profundidade. Quanto à funcionalidade desta última, Sandra Lourenço (Lourenço, 2007) propõe duas hipóteses, ou terá sido utilizada para algum ritual, ou para a sinalização do próprio inumado. De salientar que esta é a designação dada à sepultura pela população local. Numa consideração genérica adianta-se ainda que as sepulturas não antropomórficas neste concelho são escassas. Quando esta foi encontrada, ainda se colocou a hipótese de se tratar de uma lagareta, sem originalmente ter tido a função de sepultura, contudo, normalmente, nos casos estudados pela autora referida o que observa é que a função original é de sepultura e posteriormente à adaptação desta a lagareta. (Bragança, Neto, Lourenço e Santos, 2000) Nas imediações da sepultura (a cerca de 80 m para Este) foram recolhidos alguns fragmentos cerâmicos (imbrices grosseiros e quatro fragmentos de bojo em cerâmica comum, com pastas grosseiras, de cor castanha clara e produção manual). O sítio apresenta defensibilidade reduzida. (Lourenço, 2007)	Sepultura	Alta Idade Média; Indeterminado	Midões	24
Midões	15717	Machado de pedra polida em anfibolite de cor negra. O atual proprietário não tem memória de onde foi encontrado, no entanto refere que apareceu nos terrenos lavrados quando era criança. Possui cerca de 13 cm de comprimento.	Achado(s) Isolado(s)	Neo-Calcolítico	Midões	Não localizado
Midões 2	42280	No Largo da Igreja de Midões foi identificado um fragmento de inscrição em suporte granítico.	Inscrição	Romano	Midões	25
Midões 3/Igreja de Midões	14474	Na Igreja Matriz de Midões encontram-se vários achados: no exterior, num muro, encontram-se molduras de inscrição inacabadas. No interior foi possível identificar duas cabeceiras de sepultura medieval e um cipo funerário de incineração. Este tem de altura 84cm, e de lado, na parte mais larga 32cm, e de base 51cm. Encontram-se ainda 4 molduras inscritas com rosáceas, e da parte da frente apresenta gravada uma "carantonha" e uma inscrição de difícil leitura. STACRV...A. O cipo encontra-se truncado do lado esquerdo, facto que possivelmente decorreu da sua descoberta, aquando da escavação para as obras para a construção da capela mortuária em 1988.	Vestígios Diversos	Romano; Idade Média	Midões	26
Midões 4	11533	Três cabeceiras de sepultura.	Vestígios Diversos	Idade Média	Midões	27
Pinheiras	14479	Conjunto de duas sepulturas antropomórficas escavadas em afloramentos diferentes e distando uma da outra cerca de 5m. Encontram-se implantadas numa encosta, a 300 m de altitude, na povoação de Casal da Senhora. A sepultura 1 está orientada a Sul e apresenta um ténue contorno de braços. Apresenta um comprimento de 188 cm, uma largura máxima de 54 cm. A sepultura 2 está orientada a Sul, é ligeiramente curva de braços, atingindo um comprimento de 115cm, sendo como tal atribuível a uma criança. A sua largura máxima é de 32cm. Não se detetaram vestígios de povoamento, contudo, o mato rasteiro poderá ter dificultado uma	Necrópol e	Alta Idade Média	Midões	28

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
		correta observação do terreno. O sítio apresenta defensibilidade reduzida. A nível hidrológico, correm duas linhas de água nas proximidades do sítio (uma a 60 m para Este e outra a 200 para Sul). É ainda de salientar que este se encontra junto a um carreteiro de cronologia indeterminada. (Lourenço, 2007)				
Ponte das Uchas	16922	Ponte de pedra, feita exclusivamente de granito, composta de dois arcos simples, de volta perfeita e não semelhantes. Apresenta pedra bem aparelhada, de grandes dimensões e assenta sobre afloramentos graníticos. Apresenta alguns escassos resguardos de pedra e o piso é plano e calcetado.	Ponte	Idade Média; Moderno	Midões	29
Ponte de São Geraldo	14475	Ponte só de um arco de volta completa, sobre o Rio de Cavalos, com possíveis fundações romanas e reconstrução em época medieval. Junto ao arco o aparelho parece ser regular, mas nas entradas da ponte o aparelho apresenta-se bastante irregular, o que nos levanta a suspeita de uma possível reconstrução.	Ponte	Romano; Idade Média	Midões	30
Ponte de Sumes	2752	Ponte de fundações aparentemente romanas, que assentam diretamente no afloramento. Apresenta um único arco de volta perfeita, aparelho regular, semelhante ao arco da Bobadela, no entanto os blocos de granito não são almofadados, embora sejam arredondados na zona exterior do arco. É um aparelho aparentemente de encaixe sem o recurso a qualquer argamassa. Devido à vegetação não nos é possível observar se existe algum indício de reconstrução. No tabuleiro da ponte verificam-se indícios de um aparelho de via ou calçada romana, semelhante ao encontrado na estrada romana da Pedra da Sé. A cerca de 50m da ponte, no caminho em direção a Vasco (Midões), encontram-se ainda vestígios de calçada, aparentemente medieval, correspondente a uma possível reconstrução da mesma via. Os sítios foram incluídos apenas num, visto parecerem ser o complemento um do outro.	Ponte	Romano; Medieval Cristão	Midões	31
Quinta das Hortas	14481	A necrópole é constituída por quatro sepulturas antropomórficas escavadas na rocha lateralmente no mesmo afloramento granítico, implantadas num cabeço, a 332-329 m de altitude. As sepulturas foram numeradas sequencialmente no sentido Norte-Sul. A sepultura 1 apresenta um comprimento de 170cm, uma largura máxima de 50cm. A sepultura 2 possui 181cm de comprimento, 52cm de largura máxima. A sepultura 3 tem 180 cm de comprimento e 46 cm de largura máxima. A sepultura 4 apresenta 157 cm de comprimento e 50 cm de largura máxima. Todas as sepulturas desta necrópole encontram-se orientadas no sentido oeste-este. A 100 para oeste foram encontrados materiais cerâmicos muito rolados (escassos fragmentos de cerâmica comum de pastas rosadas e imbrices muito grosseiros). Nesta área encontra-se uma capela dedicada a Santo António, com orientação sul-norte (erigida no século XVIII). A 50 m para oeste desta encontra-se um entalhe retangular e uma pia escavados no afloramento granítico. Sandra Lourenço propõe que estes possam estar relacionados com um habitat contemporâneo das sepulturas. Não foi possível observar se existia mais entalhes. O sítio tem uma defensibilidade reduzida, localizando-se numa área pobre em recursos hídricos. (Lourenço, 2007)	Necrópol e	Alta Idade Média	Midões	32
Quinta das Moitas 1	15721	Trata-se de uma encosta com uma ligeira inclinação, a qual se localiza junto à frente do cemitério de Midões numa Quinta privada. Segundo o proprietário, no terreno aquando das lavouras aparecem uma grande quantidade de vestígios cerâmicos (tijoleira, telhas e cerâmica	Vestígios Diversos	Romano	Midões	33

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
		comum) que o mesmo reporta serem da época romana. Em trabalhos de prospeção foram recolhidos alguns fragmentos de escória de vidro, de tijoleira e de cerâmica comum manual e de roda, cuja a cronologia é difícil de precisar, podendo remontar desde época romana até à atualidade. É de realçar que estes vestígios se encontram a cerca de 900 metros em linha recta do sítio arqueológico da Cumieira 1 identificado no ano transato, podendo estar relacionados.				
Quinta das Moitas 2	15734	Trata-se de um conjunto de duas sepulturas antropomórficas, sendo de salientar que junto à número 1 existe uma pequena pia, a cerca de 2 metros para Sul a partir da cabeceira, com cerca de 10 cm de profundidade e 38 cm de largura, a qual poderá estar ligada a algum ritual de inumação, por exemplo a lavagem do corpo. A pouca profundidade que esta sepultura apresenta na zona do leito e dos pés parece indicar que a mesma não foi terminada, terá o defunto recuperado da maleita? A sepultura número 2 localiza-se da 1 a cerca de 8 m para Sudeste. Relativamente à sepultura número 2 deve mencionar-se que só o ombro e a cabeceira do lado esquerdo aparecem delineados e que junto ao topo da cabeceira a sepultura tem pouca profundidade, apenas 12 cm, o que parece ser um dado indicador quanto ao facto de não ter sido terminada. Se assim for poderemos não estar perante um antropomorfismo incipiente, mas perante uma sepultura inacabada. O sítio encontrava-se duplicado no CNS 35183, entretanto anulado.	Sepultura	Indeterminado	Midões	34
Quinta do Esporão 1	14480	Conjunto de duas sepulturas antropomórficas (ovaladas) escavadas em afloramentos graníticos diferentes, distando uma da outra cerca de 8m. Encontram-se implantadas num planalto, a 360 m de altitude. A sepultura 1 é curva de braços e está orientada a E. Apresenta um comprimento de 175cm, uma largura máxima de 54cm. A sepultura 2 apresenta-se orientada a SO, sendo contudo de salientar que a disposição do afloramento não permite outro tipo de orientação. Atinge 170cm de comprimento, 46cm de largura máxima. Na zona envolvente das sepulturas foram identificados materiais arqueológicos (escassos fragmentos de imbrices grosseiros, um fragmento de dormente em granito, fragmentos de bojo de pasta castanha clara e produção manual). Dado que os afloramentos estavam cobertos por silvado impenetrável, não foi possível averiguar a presença de estruturas em negativo. O sítio apresenta defensibilidade reduzida e é percorrido apenas por uma linha de água. (Lourenço, 2007)	Necrópol e	Alta Idade Média	Midões	35
Quinta do Esporão 2	11543	Penedo granítico, que apresenta na extremidade NE 3 degraus talhados com 20 cm de largura e 11 cm de altura e dão acesso a um tanque central com 2m de comprimento, 1,32 m de largura e 60 cm de altura. Apresenta um dreno com 22cm que dá acesso a um pio mais pequeno, de forma circular e num plano inferior em relação ao anterior.	Lagareta	Indeterminado	Midões	36
Quinta do Sobreiro	14471	Numa vinha, mesmo à beira da estrada, recolheram-se nos sulcos de rega, materiais arqueológicos diversos, dos quais se destacam fragmentos cerâmicos, um dos quais de época pré-histórica com fraturas antigas e fragmentos de quartzo talhado.	Vestígios Diversos	Indeterminado	Midões	37
Vale de Gaios	15718	Trata-se de uma encosta que desce para a ribeira de Midões e onde em prospeção foram recolhidos 5 fragmentos de bojo de cerâmica manual, quatro de pastas grosseiras e outro com escassos elementos não plásticos. Estas cerâmicas pelas pastas que apresentam e pela sua técnica de produção poderão remontar à Pré-História. É ainda de salientar a existência de alguns fragmentos de telhas à superfície que	Mancha de Ocupação	Idade Média; Moderno; Indeterminado	Midões	38

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
		poderão estar associada a alguma ocupação medieval/moderna deste sítio.				
Areias de Fontão	31833	Amontoados de blocos de média dimensão de quartzo e quartzito numa pequena elevação sobranceira a Norte do Rio Alva, ao longo dos terrenos de Areias de Fontão, com uma área de dispersão de cerca de 400m. Mais ou menos a meio do terreno por onde se estende a conheira existe uma linha de água que desagua no Rio Alva e pela qual poderiam ser efetuados os despejos das lavagens. O grau de revolvimento desta conheira é elevado devido a trabalhos de florestação e à prática agrícola.	Conheira	Romano	Mouronho	39
Castelo	11523	Plataforma em cujo eixo Norte - Sul, surgem amontoados de conhos dispersos por uma área de 800 m2. A linha de água tem a sua nascente a Norte, num poço em Mangação.	Conheira	Romano	Mouronho	40
Fontão	11524	Cabeço que fica em frente à Lomba do Canho. A Este da Ribeira de Fontão observam-se os amontoados de conhos que diminuem de diâmetro à medida que se sobe a encosta.	Conheira	Romano	Mouronho	41
Mouronho	11527	Localiza-se num esporão sobre a Ribeira de Mouronho. O sítio apresenta uma dispersão de materiais em cerca de 400 m2.	Mancha de Ocupação	Alta Idade Média	Mouronho	42
Tapadinho	11540	Sepultura antropomórfica, escavada no afloramento de xisto, a 265 m de altitude e implantada numa encosta suave, no lugar da castanheira. Mede 1,82 m de comprimento e 62 cm de largura, estando orientada a NO. Encontra-se fraturada longitudinalmente desde a década de 50 do século XX. Não foram detetados vestígios na área envolvente o que poderá estar relacionado com a proliferação de mato cerrado que impediu uma observação adequada. Junto à sepultura regista-se a presença de um caminho e a cerca de 100 m correm duas linhas de água, uma a oeste e outra a sul. O sítio apresenta uma defensibilidade reduzida. (Lourenço, 2007)	Sepultura	Alta Idade Média	Mouronho	43
Mangação	26499	Trata-se de um cabeço sobranceiro ao vale encaixado que se lhe localiza a Oeste. Do topo do cabeço a visibilidade da área é elevada e encontra-se rodeado por duas linhas de água. Dois fragmentos de cerâmica manual.	Achado(s) Isolado(s)	Indeterminado	Pinheiro de Coja e Meda de Mouros	44
Quinta da Telhadela	16694	O sítio arqueológico localiza-se num esporão, na área limítrofe com o Concelho de Arganil, onde foram recolhidos alguns materiais de cerâmica comum e de construção. Apesar da escassez do material à superfície, a tradição oral refere que "na Telhadela muito ouro havia nela...". Devido ao facto de o campo, no limite com o concelho de Arganil, se encontrar coberto de vegetação, nomeadamente com rama de eucalipto, tornou-se impossível verificar se o sítio se estende para outro concelho, o que é muito provável.	Mancha de Ocupação	Romano	Pinheiro de Coja e Meda de Mouros	45
Castro da Picota	14483	O castro encontra-se implantado num pequeno mas destacado cabeço sobranceiro ao Rio Mondego. De pequenas dimensões, e implantado num sítio de bom controlo visual, permite colocar a hipótese de se tratar de uma pequena Atalaia, e funcionar, à semelhança de outros povoados situados ao longo deste rio, como um posto de vigia de passagem. Por todo o cabeço, sobretudo na vertente onde recentemente plantaram eucaliptos exumou-se grande quantidade de cerâmica, que pelas suas características aponta para uma ocupação da	Povoado Fortificado	Idade do Bronze	Póvoa de Midões	46

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
		Idade do Bronze. Também se recolheram elementos de mó, e parte do que parece ser uma coluna.				
Póvoa de Midões - Rua Eng.º Macedo Santos	42281	Inscrição em suporte granítico e moldurada que se encontra integrada num muro de uma propriedade privada na rua Eng. Macedo Santos, na localidade de Póvoa de Midões. Segundo J. Cardim Ribeiro (1982-1983: 194), a tradução da inscrição é a seguinte: "Ao Imperador Tito, durante o seu oitavo consulado, Severo, filho de Vitulo, construiu (mandou construir) esta fonte".	Inscrição	Romano	Póvoa de Midões	47
Quinta do Vale da Orca	14472	O sítio encontra-se num terraço fluvial do Rio de Cavalos, presentemente agricultado. Aqui os achados são exclusivamente materiais líticos de quartzo.	Vestígios Diversos	Indeterminado	Póvoa de Midões	48
Conchadas	15729	Sepultura antropomórfica incipiente, escavada no afloramento granítico, a 307 m de altitude e implantada num planalto. Encontra-se orientada a NE. Apesar de não estar definida a zona da cabeceira e dos ombros, é visível a presença de um encaixe para as pernas. É de mencionar que a mesma encontra-se fragmentada no ombro do lado direito e que mede 2 m de comprimento e 54 cm de largura máxima. Localiza-se junto a um caminho em que a cronologia é difícil de determinar, assim como a 100 m Sudeste de uma linha de água que desagua na ribeira de Tábua. O sítio apresenta uma defensibilidade reduzida. A cerca de 200 m para Este encontra-se a sepultura de Matosa (CNS 15730). (Lourenço, 2007)	Sepultura	Alta Idade Média	São João da Boa Vista	49
Matosa	15730	Sepultura antropomórfica (subtrapezoidal), escavada no afloramento granítico, a 303 m de altitude e implantada num planalto. Possui uma cabeceira retangular e está orientada a S. Mede 1,80 m de comprimento e 52 cm de largura máxima. De salientar que esta sepultura estava coberta por vegetação e que somente o proprietário do terreno, o Senhor Silvestre Lopes, uma vez que sabia o seu local exato, a encontrou. A cerca de 80 metros para Este foi-nos dada a notícia da existência de outra, contudo a vegetação cerrada impossibilita completamente a procura da mesma. A sepultura da Matosa, nome aliás curioso que lembra imediatamente morte, encontra-se junto a um caminho de cronologia indeterminada. A cerca de 200 metros para Oeste encontra-se a sepultura de Conchadas (CNS 15729) e a cerca de 100 m para nordeste e a 200 m para norte corre uma linha de água. O sítio apresenta uma defensibilidade reduzida. (Lourenço, 2007)	Sepultura	Alta Idade Média	São João da Boa Vista	50
Oliveira de Fazemão	15733	Trata-se de um conjunto de três sepulturas, implantadas numa encosta, a 299 m de altitude. Duas são antropomórficas e encontram-se escavadas lado a lado no mesmo penedo granítico, enquanto que a terceira é não antropomórfica e encontra-se inacabada. Esta última encontra-se num pequeno penedo adossado ao anterior, a cerca de 2 m das outras sepulturas e, pelo seu comprimento (1,20 m) deveria ter sido concebida para uma criança. Atinge a largura máxima de 48 cm e encontra-se orientada a E. A sepultura 1 possui uma assimetria no ombro esquerdo, mede 1,86 de comprimento e 47 cm de largura máxima, estando orientada a SE. A sepultura 2 é subtrapezoidal, mede 1,80 m de comprimento e 55 de largura máxima e encontra-se orientada a S. É de salientar que foi registada a presença de alguns fragmentos cerâmicos (fragmentos de imbrices e bojos em cerâmica comum) no corte exposto pela construção da estrada que liga Olival de Valacolos e Oliveira de Fazemão (a 150 m para este do conjunto de sepulturas). Abaixo desta plataforma, numa área de vale, encontra-se a capela de S. Sebastião, no entanto, não é possível verificar se na mesma existem vestígios de algum alicerce mais antigo. Nas	Necrópol e	Alta Idade Média; Indeterminado	São João da Boa Vista	51

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
		proximidades dos vestígios foi também identificada uma fonte. Destaque-se que o sítio onde se encontram implantadas as sepulturas possui defensibilidade elevada a norte. A ribeira de Tábua corre a cerca de 1050 m a norte. (Lourenço, 2007)				
Poeiros/Quinta das Olas	32688	Numa área de suave encosta, com plantio de pinheiros recentes e onde ao fundo se localiza a Ribeira de São Simão, avistam-se diversos afloramentos graníticos, uns à cota de superfície e outros mais elevados. Num destes penedos à cota de superfície (com cerca de 2m de largura e 3m de comprimento, área visível) encontra-se uma gravura realizada por abrasão e 4 fossetes. A figura representada aparenta ser a de um veado. O afloramento encontra-se parcialmente danificado pela passagem do arado aquando do cultivo de terras.	Arte Rupestre	Indeterminado	São João da Boa Vista	52
Quinta das Olas	30953	O sítio localiza-se num dos vales da ribeira de São Simão. Após trabalhos de acompanhamento da remoção de terras e sondagens no local, verificou-se a existência de indústria lítica. Através da análise dos artefactos, pode dizer-se que estamos perante um sítio ocupado em dois períodos distintos: um primeiro momento atribuível ao paleolítico médio, onde se destacam três lascas de grandes dimensões e de acentuada patine, e um segundo momento espólio com espólio característico do mesolítico.	Achado(s) Isolado(s)	Paleolítico; Mesolítico	São João da Boa Vista	53
Quinta do Olival	15726	Sepultura antropomórfica (assimétrica no ombro direito) escavada no afloramento granítico, a 280 m de altitude, numa encosta, em Oliveira de Fazemão. Encontra-se orientada a S. Mede 1,83 m de comprimento e 43 cm de largura máxima. É de salientar que esta sepultura isolada se encontra junto a um caminho de cronologia indeterminada. A defensibilidade do sítio é reduzida. Correm duas linhas de água perto do mesmo (a cerca de 100 m para oeste e a 150 m para este). (Lourenço, 2007)	Sepultura	Alta Idade Média	São João da Boa Vista	54
Quinta do Olival de Valacolos	15731	Sepultura antropomórfica (assimétrica) implantada numa encosta suave, a 280 m de altitude e orientada a S. Mede 1,80 m de comprimento e 52 cm de largura máxima. O granito de grão grosso apresenta-se em estado avançado de deterioração, provavelmente provocado quer por ação atmosférica, quer por ação humana (a sepultura encontra-se dentro de um quintal) delineando um contorno na planta da sepultura que muito provavelmente não corresponderá à original. A cerca de 6 m para Este e segundo informação do proprietário encontrava-se uma outra sepultura antropomórfica, contudo sobre a mesma foi construído um muro. Seria pois um conjunto de duas sepulturas e não apenas uma. O local apresenta uma defensibilidade reduzida. É de salientar que a cerca de 150 metros para NE se situa a Necrópole da Quinta do Prado (CNS 15735). A cerca de 80 m foram encontrados fragmentos de ímbrices grosseiros e bojos de cerâmica comum. A cerca de 100 m para Oeste corre uma linha de água. (Lourenço, 2007)	Sepultura	Alta Idade Média; Indeterminado	São João da Boa Vista	55
Quinta do Prado	15735	Trata-se de uma necrópole constituída por quatro sepulturas (uma antropomórfica, outra não antropomórfica e as restantes com uma antropomorfismo incipiente) escavadas num grande afloramento rochoso, a 287 m de altitude. No que concerne às dimensões, os comprimentos das sepulturas variam entre 1,70 m e os 1,96 m, enquanto que as larguras máximas entre os 46 cm e os 58 cm. Possuem orientações diferentes. De salientar que aquando da limpeza da sepultura 2 retirou-se vários fragmentos de telha. Na zona dos pés, lateralmente, foi possível identificar o que parecia ser alguns	Necrópole	Alta Idade Média; Indeterminado	São João da Boa Vista	56

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
		fragmentos de telha "in situ". Estes últimos estavam colocados como que se tivessem sido colocados para vencer a irregularidade deste granito de grão grosso e deste modo obter um encaixe para a zona dos pés, só que neste caso específico utilizando telhas. Curiosamente na sepultura 3, aquando da sua limpeza, também foram retirados alguns fragmentos de telha grossa, alguma digitada (pelas características de cronologia Alto Medieval). Contudo, neste caso, não havia uma concentração nalguma área específica do leito. Muito provavelmente estas duas sepulturas fariam um conjunto familiar, uma vez que se encontram uma ao lado da outra. Junto às sepulturas localiza-se um caminho de origem indeterminada, correndo a ribeira de Tábua a cerca de 150 m a este num vale de aptidão agrícola. O sítio apresenta uma defensibilidade elevada a norte e a este. A cerca de 150 m para Sudoeste encontra-se a sepultura da Quinta do Olival de Valacolos (CNS 15731). (Lourenço, 2007)				
Fundo de Vila	2725	Na abertura de um poço para plantação de vinha, foi possível recolher uma grande quantidade de moedas (quase cerca de 7 000 exemplares). Estas inseriam-se num filão ao longo do terreno. Em toda a área existe diverso material romano, tal como fragmentos de cerâmica comum, de lateres (lisos e decorados), mós, tegulae. Informações do proprietário há ainda a registar a existência de estruturas (muros), não se tendo encontrado visíveis.	Villa/Tesouro	Romano	Tábua	57
Pedra da Sé	2759	Encontra-se situada numa encosta sobranceira ao rio Mondego. À data da descoberta encontrava-se num quase estado de abandono e avançada degradação. Trata-se de uma via romana, de cerca de 4,70m de largo, apresentando-se as zonas referentes às curvas mais largas. Pelas características regulares da construção e tecnologia empregue na obtenção da pedra, talhe e estrutura interna (evidenciada pela escavação), foi possível concluir, que é uma obra previamente pensada e projetada.	Via	Romano	Tábua	58
Pedra da Sé 2	11525	Afloramento de granito a Este da Ponte Velha, parcialmente destruído e onde se vêem marcas de cunhas de extração por fratura longitudinal de blocos.	Pedreira	Romano	Tábua	59
Quinta das Cruzes	16698	Junto à Ribeira de São Simão, numa plataforma de baixo declive, identificaram-se alguns fragmentos de cerâmica rodada de época indeterminada.	Povoado	Medieval Cristão; Moderno	Tábua	60
Quintela	16696	Numa zona de colúvion sobranceira à Ribeira de Tábua, onde o terreno tinha sido recentemente terraplanado, encontrou-se uma lasca de quartzito com bolbo.	Achado(s) Isolado(s)	Indeterminado	Tábua	61
Tábua	4517	Tijolos com motivos desenhados, enquadráveis tipologicamente no período visigótico, e fragmentos de "terra sigillata".	Povoado Fortificado	Romano; Alta Idade Média	Tábua	62
Torre	4775	Vestígios arqueológicos identificados numa plataforma junto à estrada Torre - Sevilha e que se caracterizam como alguns elementos de mó e cerâmica comum de pequenas dimensões. Foi descoberta no local uma tijoleira com decoração estampilhada, do período visigótico. Em 2001, durante os trabalhos de prospeção da variante de Tábua à EN 331 foram identificados fragmentos de cerâmica de construção (imbrices) e cerâmica comum doméstica. Recolheu-se ainda a	Mancha de Ocupação	Alta Idade Média	Tábua	63

DESIGNAÇÃO	CNS	DESCRIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	CRONOLOGIA(S)	FREGUESIA	REFERÊNCIA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
		informação do achado de telhas de canudo com decoração nas proximidades do sítio. No decurso dos trabalhos do levantamento arqueológico do concelho de Tábua, em 2002, identificaram-se neste local alguns elementos de mó e cerâmica comum de pequenas dimensões. O terreno encontra-se muito remexido devido aos trabalhos agrícolas, no entanto é frequente a dispersão de tegulae e imbrex.				
Tábua	15720	Trata-se de uma moeda em prata que pelas representações apontam uma cronologia romana. Do lado Anverso vê-se um perfil de soldado, enquanto que no Reverso, apresenta duas figuras humanas sentadas de costas voltadas, separadas por três pontos verticais, e que por baixo se encontra escrito CEASAR.	Achado(s) Isolado(s)	Romano	Sem referência a qualquer freguesia	Não localizado

8. NÚCLEOS URBANOS E RURAIS. CONJUNTOS EDIFICADOS

É igualmente importante identificar o Património Histórico-Urbanístico, que compreende conjuntos urbanos ou rurais, bem como os Centros Históricos e “espaços” urbanos como ruas, praças, largos, etc.¹⁸.

No concelho de Tábua encontramos pequenos núcleos rurais, ou conjuntos dentro desses núcleos, largos, que ainda preservam algumas das suas características originais, em termos de morfologia e de edificado. No entanto, estas estruturas tendem a descaracterizar-se e a perder a sua identidade, por um lado, com a introdução das novas técnicas de construção, que nem sempre respeitam as características das pré-existências, e também, pela falta de requalificação dos conjuntos edificados e dos espaços públicos envolventes.

São poucos os exemplos que sobrevivem, de arquitetura tradicional local, no entanto, encontram-se ainda alguns conjuntos edificados e edifícios isolados, na paisagem urbana, rural e natural de Tábua. Nos aglomerados rurais, as edificações tradicionais, maioritariamente de dois pisos, essencialmente construídas em granito, que resultam das características do território, têm vindo, gradualmente, a ser substituídas por construções mais atuais, normalmente descaracterizadas, onde não há a preocupação de fazer o seu enquadramento nas características arquitetónicas dos locais.

Encontram-se, ainda, principalmente em pequenos núcleos rurais, singulares conjuntos homogéneos de construções rurais, largos e praças, com um significado social e morfológico de interesse histórico.

A estrutura morfológica de alguns aglomerados, o seu casario tradicional, ainda que já muito reduzido, testemunham os tempos de outrora e exemplificam a forma de vivência e de habitar dos nossos antepassados, constituindo um património de referência, da arquitetura popular local bem como da forma de habitar. A integridade dos materiais e a forma como se enquadram no meio natural, sendo parte componente do mesmo, denuncia e reclamam a nossa atenção, devendo estes ser preservados e requalificados.

Nestes pequenos povoamentos, concentrados, evidenciam-se, na sua estrutura, a irregularidade do desenho dos largos, que correspondem, normalmente ao alargamento de vias, onde, é comum concentrar um edifício religioso, ou um imóvel notável, ou um chafariz, um elemento urbano que diferencia e marca um espaço de encontro. Estes espaços, “momentos” diferenciadores da estrutura urbana, consequentes, normalmente, de circunstâncias de espontaneidade, são de grande

¹⁸ Descrição segundo PROT- Centro, Maio de 2007, com atualização de Maio de 2011, pag.70

importância social, aglutinadores de vivências de outrora (e ainda, atuais), contribuindo para a harmonia e enriquecimento das populações locais.

Nestes núcleos rurais, os edifícios, maioritariamente habitacionais, obedecem, por norma, a uma volumetria (um a dois pisos) e linguagem hermética, robusta, com um geometrismo regular e a utilização de materiais da região (o granito aparelhado, aplicado com junta seca).

Na vila de Tábua, pontualmente, e embora com a introdução de elementos dissonantes e alterações, ainda se encontram alguns conjuntos edificados cuja manutenção é importantes para a preservação da sua memória histórica.



Figura 5. Conjuntos de edifícios na rua Dr. Francisco Beirão e Rua José dos Santos Gonçalves, vila de Tábua

Fonte: Lugar do Plano, maio 2017

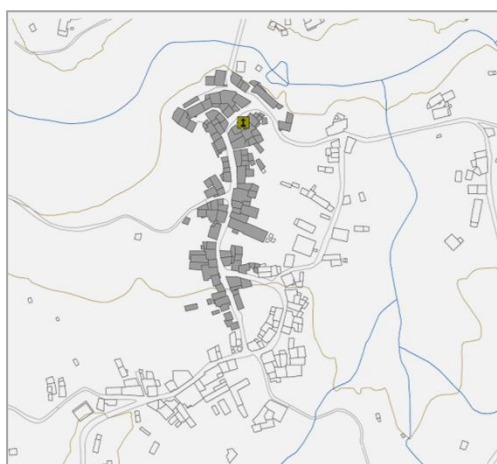


Figura 6. Sevilha, Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017 /
Google maps, maio 2017

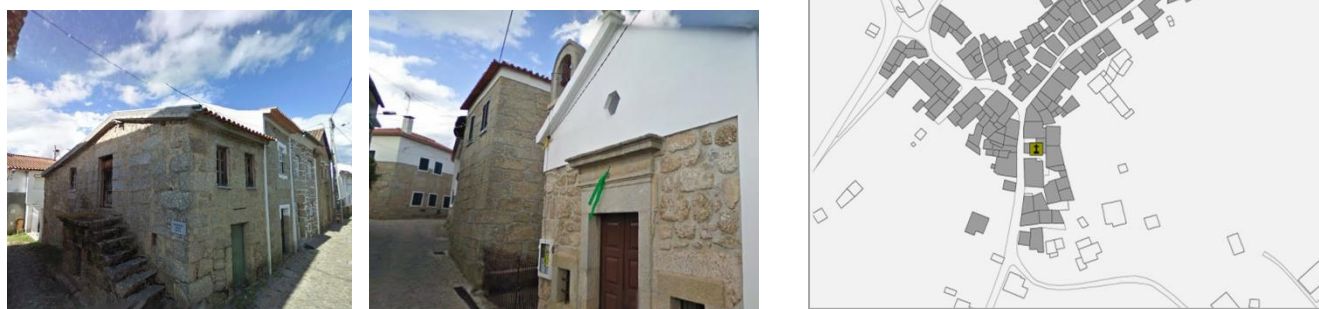


Figura 7. Vila Chã, Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017 / Google maps, maio 2017



Figura 8. Ázere, Tábua

Fonte: Lugar do Plano, junho 2017 / Google maps, maio 2017

8.1. PATRIMÓNIO NATURAL

Só muito recentemente, a humanidade tomou consciência da importância do fator natural, do qual sempre se nutriu e retirou todas as suas energias para construir nele, alterando-o, muitas vezes desvalorizando a sua importância.

Define-se por Património Natural todo o conjunto que apresenta características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias, com habitats de espécies animais ou vegetais em risco e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação.

Podemos Classificar o Património por tipos, os quais passamos a descrever:

- As formações físicas e biológicas, ou grupos destas formações, de valor universal incalculável do ponto de vista estético e científico,
- As formações geológicas e fisiográficas e áreas bem delimitadas que constituam o habitat de espécies animais ou vegetais em risco de valor incalculável do ponto de vista da ciência e da conservação,
- Os sítios naturais ou áreas naturais bem delimitadas de valor universal incalculável do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

A nível ambiental e paisagístico o Município de Tábua, contando com a importante colaboração e ação da associação local de proprietários florestais que promovem a gestão sustentável a vasta área florestal do concelho, tem procurado definir uma estratégia que visa a sua proteção e valorização.

Quanto aos espaços de valor paisagístico têm sido desenvolvidas diversas atividades de valorização, destacando-se entre outros criação de percursos pedestres/cicláveis, associados a pontos de interesse do ponto de vista cultural e natural ¹⁹.

O território de Tábua é marcado, a norte pela presença pelo Rio Mondego, como o seu principal curso de água, na qual a presença do elemento água é importante.

A Albufeira da Aguieira, situada a norte do concelho, faz a divisão dos concelhos de Tábua e Santa Comba Dão. Na entrada da Tábua, perto dos penedos graníticos da Pedra da Sé, oferece condições para a prática de desportos náuticos e pesca.

¹⁹ Descrição segundo REOT-Tábua, 2016, pag 85

A área de estudo do POAA – Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira, no conselho de Tábua, abrange, a freguesia de: Ázere, lugares de Ázere e Espadanal; a freguesia Tábua; a freguesia Covelo; a freguesia Póvoa de Midões.

Nas margens do rio Alva, junto a um açude, está organizada uma Praia Fluvial da Ronqueira, com um espaço bastante arborizado, proporcionado por amieiros.

Partindo da aldeia de Vale de Gaios existe um acesso a percurso ao longo do rio utilizados para a prática de BTT e caminhadas.



Figura 9. Treço da Albufeira da Aguieira – Ázere. Praia fluvial da Ronqueira

Fonte: Google

O concelho de Tábua encontra-se abrangido pelo espaço integrado na Rede Natura 2000, nomeadamente a Zona Especial de Conservação de Carregal do Sal na freguesia de Midões, que se encontra representada na Planta de Condicionantes.

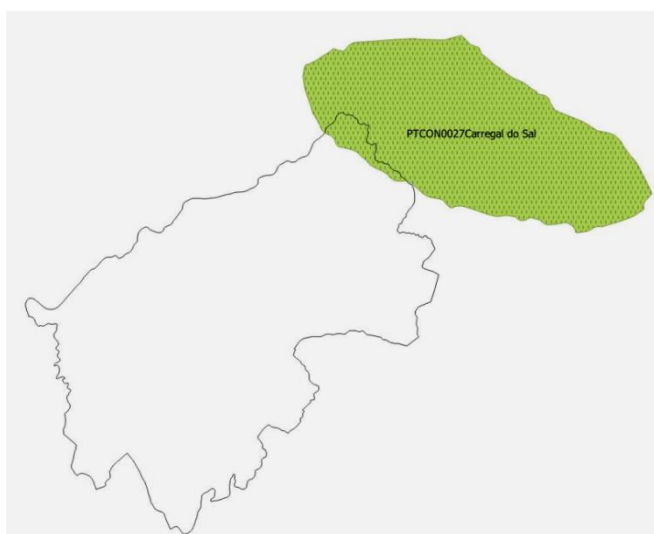


Figura 10. Rede Natura 2000

Fonte: Relatório de Ambiente, Revisão de PDM de Tábua, Outubro 2016

8.2. OUTRO PATRIMÓNIO

Com uma importância igualmente importante como o património imóvel, Tábua, como muitos outros concelhos desta região, conserva um conjunto de tradições regionais, de produtos endógenos, cheios de significado para as suas populações e para o reforço e afirmação da sua identidade. Sem relevante expressão física, na escala do PDM, importa referenciar, como recursos que podem contribuir para a definição de estratégias de projeção do Município.

- **Produtos endógenos:**

- Feira do Queijo de Tábua, 8 e 9 de março – “Queijo, mel, licores, enchidos, pão e artesanato - as principais “ofertas” do evento”, com significativo impacto económico na região;
- Concurso do Vinho Novo de Tábua, em janeiro – “promover o vinho como produto regional de importante valor económico, cultural e turístico para o Concelho”; com o objetivo de “contribuir para a expansão da cultura do vinho e do enoturismo concelhio e fomentar o aparecimento de novos produtores do setor vitivinícola”.

- **Festa tradicionais e romarias:**

- Festa dos Carolos – padroeiro S. Miguel – festa centenária
- Aldeia de Vale de Gaios – padroeiro S. Geraldo – capela – romaria de rebanhos á volta da capela, na altura da Páscoa.

9. SÍNTESE

Neste relatório, além de se identificar o Património Classificado, consideramos importante o Património Arqueológico e outros elementos arquitetónicos, de valor erudito ou mais popular e evidenciar a sua importância enquanto contributos para a referenciação de uma região e valorização da sua identidade.

O património, qualquer que seja a sua classificação, a sua dimensão ou diversidade cultural, define-se como elemento valorizador da sua envolvente e constitui parte de um conjunto mais alargado que é o espaço em que se insere.

A sua identificação enquanto valor cultural só pode ser avaliada pela apreciação arqueológica, histórica, arquitetónica, estética ou sociocultural, e pela sua consequente inventariação.

A sua defesa constitui uma aposta na planificação e gestão, urbana e no ordenamento do território, no combate à uniformização e descaracterização do espaço imobiliário, no controlar demolições de edifícios ou conjuntos, antigos de carácter relevante para a perceção da estrutura dos lugares, na definição zonas protegidas e na adoção de uma política de integração às novas realidades sociais culturais e económicas.

Pretende-se, pois, consciencializar os sectores de gestão urbanística e a população, para a importância do património enquanto elemento identitário, memória de um percurso histórico, reforçando a importância da sua salvaguarda e requalificação, enquanto elementos participantes atuais. É desejável a sua requalificação ou regeneração para novas funcionalidades, respeitando, sempre, a sua identidade.

Neste sentido, constituindo o Património um evidente recurso diferenciador e complementar às atividades turísticas, nomeadamente em matéria de desenvolvimento de um território, e de modo a estabelecer um modelo de intervenção adequado, dever-se-ão prever, a nível do planeamento do território, instrumentos e ações, a escalas apropriadas, e apostar em estratégias/ações de regeneração urbana.

Pretende-se, assim, com o presente documento, recolocar, no âmbito da requalificação urbana, as questões que se levantam relativamente à salvaguarda, conservação e de reabilitação do património.

Considerando o preconizado no PNCT (Plano Nacional Coesão Territorial) (RCM nº72/2016 de 24 de novembro), nomeadamente, no seu “Eixo 3 – Território interior+Sustentável”, foca a necessidade de potencializar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património

natural e cultural, com o objetivo de alcançar uma maior sustentabilidade, valorizando os territórios mais periféricos ²⁰.

O património natural e cultural deverá desempenhar *“um papel de crescente importância num processo de desenvolvimento dos territórios do interior, compatibilizando a conservação e salvaguarda dos valores em causa com novas utilizações sustentáveis, que beneficiem as comunidades locais e atraiam visitantes e novos residentes”* ²¹.

É importante estruturarem-se novas formas de desenvolvimento destas regiões interiores, que podem, também, estar assentes nos valores culturais e naturais, presentes e identitários destes territórios. Estas novas dinâmicas passam por um conjunto de apostas que deverão focar:

- A promoção da natureza, valorização de áreas protegidas, das paisagens e da biodiversidade;
- Valorização do Património Cultural, público e privado, procurando novos usos e utilizações, compatíveis com a sua salvaguarda, que propiciem novas fruições;
- Na difusão de programas e novas experiências, que privilegiem a qualidade, a difusão e contato em rede e a acessibilidade e atenuem a sazonalidade;
- Na gestão mais próxima de valores culturais e naturais, que envolvam de forma ativa as populações locais.

²⁰ Descrição segundo RCM nº72/2016, de 24 de novembro, consultada em junho de 2017

²¹ Descrição segundo RCM nº72/2016, de 24 de novembro, consultada em junho de 2017